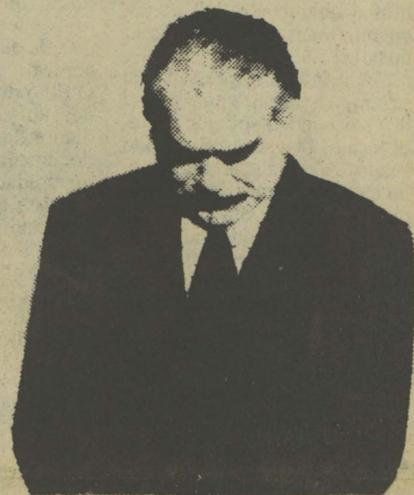




CORRUPÇÃO DESCARADA

Desespero de Sarney para ficar 5 anos

Uma manobra ousada, concebida pelos assessores que desfrutaram da intimidade de Sarney e aprovada pessoalmente pelo próprio presidente, detonou na semana passada um festival de tráfico de influências e de transações com os mandatos populares raras vezes vista na história do país. Líderes do "Centrão" barganhavam abertamente o apoio dos membros do grupo para a alteração da ordem de votações na Constituinte, de modo a antecipar a definição do mandato presidencial e forçar a decisão rápida em favor dos 5 anos. Veja por que a manobra fracassou, e conheça os planos que o setor da direita mais ligado aos grandes empresários passou a articular para substituir Sarney rapidamente e garantir a eleição de um novo presidente conservador. Página 3.



EDITORIAL

Buraco negro

Quem vai elaborar a nova Constituição? Parece incrível que, passado um ano desde a instalação da Assembleia Constituinte, esta pergunta continue em pauta. Em 12 meses de atividades não foi possível convencer à direita que a Carta Magna não pode surgir pela imposição de uma parte, sem refletir os anseios da sociedade e sem consagrar mudanças elementares reclamadas pelo povo. O "direitão", entretanto, cego e obstinado, inebriado pelo sucesso alcançado com a maioria obtida na votação do regimento interno, declara-se "dono da bola", e quer aprovar a "sua" Constituição.

Logo no primeiro embate esta arrogância deu com a cara na porta. Sintomaticamente o confronto ocorreu ao tratar da possibilidade ou não da população interferir nas atividades legislativas. O "direitão" não quer nem pensar na hipótese do povo elaborar projetos de lei ou opinar em relação a certos assuntos debatidos no Congresso Nacional. Esta intransigência cindiu o "centrão" aliás "direitão". E, se os democratas contarem com uma forte pressão popular, este fenômeno pode se repetir nas votações de questões fundamentais.

Agora, vendo que, mesmo com o regimento-rolha imposto, a direita pode esbarrar com obstáculos importantes, já entra em cena uma outra tática contra os direitos dos trabalhadores. Em nome do "bom senso", começam a surgir, mais uma vez, propostas no sentido de "deixar para a legislação ordinária" as questões polêmicas. Em outras palavras, negar as conquistas democráticas agora, no texto constitucional, que é um documento de largo alcance, e deixá-las ao sabor de maiorias ou minorias ocasionais no futuro Congresso.

Por último, o episódio da última quarta-feira revela como as manobras do "direitão" para mudar as regras do jogo,

pretextando acelerar os trabalhos, resultaram em normas absurdas, que colocam em perigo todo o trabalho constituinte. Se sucessivos impasses acontecerem, em vez de Constituição, restará um imenso "buraco negro", como ficou apelidado o vazio causado pela impossibilidade de serem obtidos 280 votos em torno de determinado assunto.

Nesta situação dramática, reforça-se a necessidade de uma campanha vigorosa para assegurar às correntes ligadas ao povo a possibilidade de incluir na Carta Magna normas democráticas e progressistas. A elaboração da Constituição não pode ser encarada como uma operação matemática, onde um bloco, ao alcançar maioria, sufoca a minoria e escreve o que bem entende. Mesmo se for configurada uma maioria estável, o que não acontece até o momento, politicamente é preciso garantir a participação das correntes em minoria. No caso atual, quando a "maioria" que o "direitão" procura articular é flagrantemente minoritária na opinião pública, o rolo compressor equivale a um golpe. Uma Carta obtida por este processo seria transformada em papel velho imediatamente. E seria fatalmente um fator de crises ainda mais graves do que a que vivemos.

Vale lembrar que os próprios chefes do "centrão" reconheceram que muitos constituintes, até então partidários deste grupo, votaram contra a direita na batalha de quarta-feira. O fato indica que, mais do que nunca, impõe-se uma denúncia veemente desta articulação e a divulgação dos nomes de seus participantes para os eleitores. O jogo democrático não se encerra com simples eleições. Os trabalhadores devem marcar homem a homem os representantes eleitos. E pressioná-los para que cumpram no parlamento as promessas de campanha. A batalha não terminou. A luta é o fator decisivo para arrancar avanços democráticos na Constituinte.

"Centrão" tem que recuar na primeira batalha

O "Centrão" foi obrigado a aceitar um acordo na votação do preâmbulo da Constituição, na primeira batalha em plenário. Ficou comprovado que, sozinho, ele não pode impor uma Constituição ao país. P.3



Brasileiros testemunham opressão de palestinos

O deputado Edmilson Valentin (PCdoB-RJ) conta à Tribuna o que a delegação de parlamentares brasileiros presenciou na região sublevada de Gaza, que há mais de 20 anos vive sob o tático militar sionista. P. 2

Incentivos à conversão da dívida em investimentos

Uma nova concessão aos banqueiros estrangeiros. Na última quarta-feira o Conselho Monetário Nacional (CMN) resolveu facilitar a conversão da dívida externa em investimentos, desobrigando os interessados em realizar tais operações de transformar títulos dos débitos em bônus do governo brasileiro. A idéia do bônus foi introduzida pelo ex-ministro Bresser Pereira, e não agradou à comunidade financeira internacional, uma vez que previa um determinado desconto sobre o valor da dívida. A medida do CMN aumenta ainda mais o perigo de completa desnacionalização da economia brasileira. Leia mais a este respeito e saiba como foi consumido o elevado superávit comercial de 1987 em matéria publicada na página 4.

UJS instala seu Congresso. Governo barra albaneses

Até o encerramento desta edição, não havia resposta positiva aos vistos de entrada da delegação dos representantes de organizações juvenis da Albânia convidados para o 4º Congresso da União da Juventude Socialista, instalado na última quinta-feira em Petrópolis, no Rio de Janeiro, com a participação de mil jovens de todo o país. Página 6



A criação de uma entidade nacional foi a principal decisão da Plenária

Mulheres decidem criar entidade

Centro de Documentação e Memória Fundação Heróides Barreto

Reunidas em Campinas, representantes de 14 Estados e 30 entidades emancipacionistas preparam congresso para agosto deste ano. Pg. 8

PALESTINA

A rebelião dos jovens

A delegação de constituintes brasileiros que visitou Israel e os campos de refugiados palestinos retornou na semana passada ao Brasil. O deputado Edmilson Valentin, do PC do B-RJ, dá continuidade, nesta edição, ao relato da viagem iniciado na T.O. n.º 345. Edmilson fala das conversações que manteve com lideranças palestinas e das atrocidades perpetradas pelos sionistas contra os povos árabes.

"Ficamos um dia — a quarta-feira, 20 de janeiro — em Gaza", conta Edmilson. "Essa região ocupada militarmente por Israel fica há duas horas, de carro, de Jerusalém. Foi num de seus nove campos de refugiados, o de Jabalya — agora chamado 'campo da revolução' —, que teve início a atual rebelião contra o domínio israelense."

"Um professor tinha ficado de nos receber e acompanhar durante nossa visita", prossegue o deputado. "Mas ele teve problemas com a polícia sionista, e só fomos encontrá-lo algum tempo depois do acerto, há 30 km do local combinado. De imediato percebemos o quanto é difícil a vida de um palestino sob o domínio de Israel."

"A primeira impressão que se tem, é a da extrema pobreza dos palestinos. Nos vêm à lembrança as favelas do Rio e São Paulo. A população não recebe assistência médica ou sanitária. Segundo Shaher Saed, secretário-geral da Federação dos Trabalhadores Unidos da Cisjordânia, em Israel os palestinos recebem a metade do salário de um judeu para executar o mesmo serviço. Além disso, 40% das terras de Gaza estão nas mãos de 2 mil palestinos, e o restante fica com os 650 mil palestinos que moram ali. Na Cisjordânia, 65% das terras estão com 60 mil israelenses, e os 35% restantes ficam com 1 milhão de palestinos."

"Mas o principal problema da região é o problema político. Todo o povo é revoltado com o tratamento de cidadão de quinta categoria que lhe é dispensado pelos sionistas. Os palestinos são expulsos de suas terras para os campos de refugiados. Depois, no local onde viviam é erguida uma casa luxuosa, onde será instalado um funcionário do governo de Israel, objetivando o controle da região", fala Edmilson.

"A atual rebelião é integrada basicamente por jovens e crianças. A maioria dos rebeldes nasceu após a Guerra dos Seis Dias, e têm entre 12 e 18 anos", afirma o deputado. "E agora o primeiro-ministro, Yitzhak Shamir, deu ordens para que os soldados endureçam na repressão. Isso significa que os soldados devem inutilizar o opositor por uns seis meses. Para isso, eles quebram seus braços e pernas."

CRIMES SIONISTAS

Edmilson dá o testemunho do que presenciou no Hospital de Gaza: "Vi a radiografia de uma criança atingida nas pernas por balas dum-dum — dessas que explodem quando penetram no alvo. Uma senhora de mais de 60 anos teve os pés quebrados por uma pedra enorme, jogada nela por soldados de Israel. Dois jovens foram feridos nas pernas e só puderam ser levados ao hospital quando os ferimentos já não podiam mais ser tratados e os membros teriam que ser amputados. Uma senhora com mais de 90 anos foi atingida por um tiro de bala de borracha. Morreu uma semana depois de internada."

O diretor do Hospital de Gaza, Zakariah Elarra, contou à delegação brasileira que os médicos estavam proibidos de ingressar nos campos. Segundo o dr. Zakariah, por seis vezes os soldados invadiram o hospital e fuzilaram, diante dos outros pacientes, jovens líderes palestinos. Um médico, que tentou furar o bloqueio e socorrer vítimas nos campos de refugiados, foi capturado

pelos soldados, golpeado e amarrado no capô de um carro, que passou a circular pelo campo para "dar o exemplo".

FARSA JURÍDICA

Os soldados designados para patrulhar os campos são escolhidos dentre os mais violentos do Exército sionista. "Esses soldados podem prender, machucar e matar palestinos sem serem incomodados por seus superiores. O presidente da Ordem dos Advogados de Gaza, Sayes Abu Rahn, nos contou que os advogados estão protestando contra as farsas de julgamento realizadas pelos militares sionistas. Os palestinos são julgados em sessões de até 2 minutos, e invariablymente condenados, mesmo sem provas. A média de idade dos prisioneiros é de 15 e 16 anos. Uma delegação de parlamentares e advogados espanhóis, que também foi visitar a Faixa de Gaza, ficou abismada com as aberrações jurídicas perpetradas contra os árabes", afirma Edmilson.

A delegação brasileira foi proibida de ingressar nos campos de refugiados de Gaza. "Na Cisjordânia, nós presenciávamos, em Nablus, os soldados arrombando as portas das lojas que estão em greve, desde 6 de dezembro, em protesto contra a ocupação israelense. O filho do ex-prefeito da cidade, ao estacionar seu carro diante de uma loja, teve seus documentos apreendidos por um soldado sionista. O soldado disse que só lhe devolveria os documentos se ele encontrasse o dono da loja e o forçasse a abri-la. O rapaz fugiu, e agora não tem documentos, o que é motivo para prisão, nos territórios ocupados."

PUNIÇÃO COLETIVA

Valentin viu também uma família vítima de "punição coletiva": "É o seguinte: a mãe, uma corajosa palestina, tem sete filhos. Três deles estão presos por participar de manifestações contra Israel. Então o tribunal militar sionista a condenou a morar num único cômodo de sua casa. Os outros cômodos foram lacrados e suas janelas destruídas, para que não possam servir de abrigo para ninguém durante o inverno. Outra punição coletiva: os palestinos estão proibidos de pescar, pois os sionistas temem que pescadores apoiem a causa árabe."

O Exército de Israel chega a utilizar miras telescópicas em suas armas para abater os palestinos. "As bombas que estão sendo lançadas sobre os

campos de refugiados pelos helicópteros do Exército são de fabricação recente, algumas inclusive deste ano, 1988. Há recomendação do fabricante para que essas bombas somente sejam utilizadas em locais abertos, mas os sionistas as estão lançando até mesmo dentro de mesquitas, no momento dos cultos religiosos", denuncia o deputado.

O governo de Israel, foi hostil com a delegação brasileira. Antes da viagem, o embaixador de Israel no Brasil chegou a entrar em contato com o Itamaraty, visando cancelar a visita dos brasileiros. Não conseguiu. Recorreu então ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, mas também não obteve sucesso.

"PROVOCAÇÃO"

Quando os brasileiros desembarcaram em Tel Aviv, a rádio oficial, "Voz de Israel", noticiou que a delegação de parlamentares não era bem vinda ao país. O chefe de governo, Yitzhak Rabin, considerou a visita como "uma provocação". O governo deixou claro que não se responsabilizava "pela integridade física" dos parlamentares.

Segundo Edmilson, são três as reivindicações básicas dos palestinos na atual onda de protestos: 1) Fim da violência, com a retirada das tropas militares dos campos de refugiados; 2) Fim da ocupação militar israelense nos territórios árabes; 3) Conferência Internacional de Paz para o Oriente Médio, com a participação da Organização pela Libertação da Palestina (OLP).

NOVA DELEGAÇÃO

A representatividade da OLP junto ao povo das regiões ocupadas foi testemunhada pelos brasileiros: "As pessoas sempre nos perguntavam se éramos 'amigos do Arafat', o líder da OLP. E num de nossos deslocamentos, nosso ônibus começou a ser apedrejado. Sugeriu então que fizéssemos o 'v' da vitória com os dedos, símbolo da luta dos palestinos. Immediatamente o apedrejamento parou, e a população saudou nossa passagem", finaliza Edmilson Valentin.

No domingo, dia 24, uma nova delegação de brasileiros, desta vez integrada por médicos e enfermeiros, rumou para a Faixa de Gaza e Cisjordânia. A delegação pretende prestar atendimentos aos palestinos. Deve permanecer três semanas na região.



Palestino espancado e arrastado pelos soldados sionistas

Pressão por Lâmia

O governo sionista proibiu a delegação de constituintes, de visitar a brasileira Lâmia Maruf Hasan, condenada à prisão perpétua por um tribunal militar, sob a acusação de integrar a OLP. Os brasileiros conversaram, contudo, com a advogada Felicia Langer, defensora de Lâmia nos tribunais sionistas e uma das mais renomadas juristas de Israel.

Segundo a advogada, a questão de Lâmia é antes de tudo política. Se houver uma forte pressão internacional, com a solidariedade dos brasileiros e a atuação do governo do Brasil, Lâmia poderá ser deportada, único artifício jurídico possível para tirá-la da prisão. Atualmente a brasileira só pode receber visitas de 15 em 15 dias, de dois adultos e três crianças a cada vez.



Comício de encerramento do V Congresso do PC do Canadá (m-1)

PC DO CANADÁ (M-L)

Congresso vitorioso

De 28 de dezembro de 1987 a 4 de janeiro realizou-se, na cidade de Vancouver, o V Congresso do Partido Comunista do Canadá (marxista-leninista). Pelas questões em debate e pela defesa da teoria revolucionária do proletariado, o congresso constituiu acontecimento de grande significação política, não somente para o movimento operário canadense, como para a luta emancipacionista dos trabalhadores de todo o mundo.

Presidido pelo dirigente máximo do PC do Canadá (m-l), Hardial Bains, o congresso reafirmou a justa orientação desse partido e traçou as tarefas da atualidade. "Chegamos ao Congresso", declarou Bains, "com um rico balanço de vitórias, entre as quais as mais importantes são a construção da imprensa de massas do partido e o combate firme à pressão burguesa-revisionista."

O tema central predominante da assembleia dos comunistas canadenses foi a criação de

condições subjetivas da revolução, que inclui a luta contra o oportunismo e o reformismo burguês no seio da classe operária. Ganhar o proletariado para as idéias do socialismo científico é tarefa de primeiro plano. Mas o congresso destacou também a importância da orientação de eliminar a influência da burguesia sobre diferentes camadas da população. "A classe operária", ressaltou o informe, "não poderá ir à luta decisiva sozinha; é preciso isolar ao máximo a burguesia e para isso deve-se ter correta atitude face à pequeno-burguesia e a outras camadas intermediárias".

O desmascaramento total do revisionismo contemporâneo, em particular as teses enganosas de Gorbachev, mereceu especial atenção dos congressistas.

INTERNACIONALISMO

Uma centena e meia de delegados, homens e mulheres, das organizações partidárias

vindas de todos os pontos do país debateram os materiais apresentados ao congresso e aprovou com grande entusiasmo e completa unidade as diretrizes indicadas. E elegeu o novo Comitê Central, tendo à frente Hardial Bains.

Participaram do congresso delegações de vários marxistas-leninistas, destacando-se a representação do Partido do Trabalho da Albânia. O Partido Comunista do Brasil esteve presente na pessoa de João Amazonas (veja a saudação ao congresso nesta página).

No encerramento, num ato de muita vibração revolucionária, usaram da palavra, além de Hardial Bains, delegados da Albânia, do Brasil, de Portugal, da Inglaterra, da Irlanda, da Dinamarca, da Índia, do Suriname, de Trinidad-Tobago, dos Estados Unidos. Todos ressaltando a unidade do movimento comunista mundial, a defesa do marxismo-leninismo e os princípios do internacionalismo proletário.

O capitalismo estagnado

Mensagem do Partido Comunista do Brasil ao 5º Congresso do Partido Comunista do Canadá (marxista-leninista):

Queridos camaradas,

É com sentimento de alegria e de entusiasmo revolucionário que saúdo, em nome do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, a assembleia máxima dos verdadeiros comunistas canadenses. Faço votos de pleno êxito ao vosso congresso e de grandes vitórias à fecunda atividade política que realiza o partido irmão.

O congresso do Partido Comunista do Canadá (m-l) verifica-se num momento de extrema importância para a luta de classe do proletariado. No mundo burguês-revisionista, o velho sistema de exploração do homem pelo homem e o capitalismo restaurado na URSS expõem as suas chagas putrefatas e o triste cortejo de misérias, fome e desemprego que atormenta a vida dos trabalhadores. Jamais, desde o início da crise geral do capitalismo, observou-se tão longo e intenso período de estagnação econômica, desequilíbrio nos preços e arrocho nos salários, persistente e incontrolável inflação. Avulta a retração dos mercados, resultando em inevitável "guerra comercial" entre as grandes potências, acompanhada de fortes restrições ao desenvolvimento das nações dependentes. O capital financeiro imperialista espolia brutalmente a imensa maioria da população do planeta, manipulando a dívida externa contraída por muitos países no interesse dos banqueiros internacionais.

Também a União Soviética padece os males do capitalismo

mo e explora os trabalhadores da URSS e de outros países. Em face do completo fracasso da trajetória iniciada no XX Congresso do PCUS, a atual camarilha dominante, capitaneada por Mikhail Gorbachev, faz alarde em torno da pretensa solução para as dificuldades internas, jogando com duas palavras mágicas — Glasnost e Perestroika —, que se converteram na "new-wave" do mundo capitalista-revisionista. O aplauso caloroso da burguesia à política em curso na União Soviética testemunha claramente o retorno da URSS ao sistema capitalista-imperialista.

Mas os trabalhadores e os povos dão a merecida resposta: vão-se levantando por toda a parte contra a feroz exploração capitalista, que aumenta com a crise econômico-financeira em marcha, contra a opressão e o obscurantismo, que adquirem formas as mais degradantes.

O processo em andamento na URSS mostra a justeza da crítica científica e dos argumentos dos marxistas-leninistas, entre os quais o PC do Canadá (m-l), quando da aparição do fenômeno revisionista restaurador do capitalismo na prática que outrora fora a fortaleza avançada do socialismo e da revolução.

O Partido Comunista do Canadá (m-l) é um defensor intransigente dos direitos da classe operária e das demais massas trabalhadoras canadenses. Ao mesmo tempo, é um partido internacionalista consequente. Encontra-se nas mesmas trincheiras dos autênticos comunistas de todo o mundo contra o imperialismo e a guerra, contra o racismo e

a repressão fascista. Defende a liberdade e a independência nacional de todos os povos. Desde os primeiros anos de existência, optou pelo caminho da revolução, do socialismo científico, do marxismo-leninismo. Não transigiu um momento sequer na defesa dos princípios e combateu com firmeza não só o revisionismo soviético, como também o chinês e outras variantes. Sua imprensa tem tratado com seriedade e criatividade complexas questões teóricas. A atividade editorial do PC do Canadá (m-l), de excelente nível, constituiu uma contribuição à difusão da imortal doutrina do proletariado. Por isso, esse partido tem sido alvo do ataque dos anticomunistas declarados e dos oportunistas de todos os matizes.

Tenho a certeza de que este congresso será uma reafirmação da senda marxista-leninista que o Partido Comunista do Canadá percorre. E um subsídio ao reforço da unidade internacionalista dos partidos marxistas-leninistas de todo o mundo.

Viva o 5º Congresso do Partido Comunista do Canadá (m-l)!

Viva o marxismo-leninismo, invencível doutrina da classe operária!

Viva a unidade internacionalista do Movimento Comunista!

Viva a Albânia Socialista!

Que perdure por longos anos a fraternal amizade entre o Partido Comunista do Canadá (m-l) e o Partido Comunista do Brasil!

São Paulo, 26 de dezembro de 1987,
João Amazonas, presidente do PC do Brasil.

CONJUNTURA

Dia do Basta

O Planalto atola na corrupção

Numa manobra que visava inverter a pauta dos trabalhos da Constituinte e aprovar rapidamente o mandato de 5 anos, Sarney escancarou de vez as comportas da compra de votos, do tráfico de influências e da corrupção sem disfarces. O tiro, porém, parece ter saído pela culatra. No fim da semana passada, o setor mais "moderno" da direita, identificado com o grande capital, dava claros sinais de que prefere eleições já, e montadas de forma a favorecer a vitória de um conservador.

Não faltou quem apelasse aos céus. O ambiente entre os membros do "Centrão" havia se tornado tão carregado, tão escancaradamente corrupto, no último dia 25, que a dada altura o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) não se conteve e disparou, numa tentativa de justificar o autêntico mercado de nomeações, de negociação de emissoras de rádio e de compra desavergonhada de votos a favor de aprovação rápida do mandato de 5 anos que ele próprio e outros deputados conduziam, evidentemente autorizados pelo Planalto: "É dando que se recebe. Até Deus impõe condições para se entrar no céu. Por que aqui não se pode chutar a canela do governo e desfrutar as vantagens?"

Tudo havia começado poucos dias antes, quando os assessores mais chegados a Sarney, satisfeitos com as 317 assinaturas alcançadas pelo projeto que estende o mandato do presidente até 1990, mas inseguros quanto à possibilidade de preservar esta frágil maioria até o instante da votação em plenário, vislumbraram o que lhes pareceu ser uma saída. Apresentada oficialmente no dia 22 pelo assessor especial de Sarney, Saulo Ramos, ela consistia em votar os diversos artigos das Disposições Transitórias da Constituição não ao final de trabalhos, como impõem a lógica e o regimento da Assembleia, e sim em conjunto com a decisão dos temas ordinários. Assim, o mandato de Sarney seria discutido no instante em que se definisse o mandato regular de todos os presidentes, aliás um dos primeiros temas a serem tratados. Com a antecipação, cresceriam as chances de manter os 5 anos.

Alguns dos membros do "Centrão" que têm demonstrado mais fidelidade ao Planalto, em especial Roberto Cardoso Alves, Daso Coimbra, foram então destacados para "convencer" os demais integrantes do grupo a aprovar a inversão. O governo os

muniu de argumentos sólidos. Afinal de contas, tratava-se de atender aos apelos de gente como José Lourenço, líder do PFL, que se declarou interessado em defender a mudança, mas condicionou o gesto à disposição de Sarney em fazer "um ajuste" no 2º, 3º e 4º escalões da administração.

A dose foi exagerada. A denúncia das proporções monumentais que a transação de votos ia assumindo, e de desenvoltura com que se negociava com os mandatos populares por certo contribuiu para ampliar o clima de revolta em relação ao "Centrão". Deve ter ajudado alguns membros do grupo a recordarem que terão, um dia, de prestar contas ao eleitorado. E, seguramente, levou um importante setor da direita, mais ligado ao grande capital, a afastar-se novamente de Sarney, a lançar críticas contundentes contra o "Centrão", e a se aproximar de uma bandeira que vem sendo erguida há meses pelo jornal "O Estado de S. Paulo": a realização de eleições gerais ainda este ano, desde que efetuadas em condições especiais. (veja quadro a respeito).

E por isso que no dia 25 o deputado Afif Domingos (PL-SP), líder da ala do "Centrão" mais ligada aos grandes empresários, desembarcou em Brasília para desfechar uma ação fulminante contra a proposta de antecipar a votação do mandato. Fortemente apoiado pelos grandes jornais, ele conquistou em menos de 24 horas uma expressiva vitória: quando Ulysses Guimarães reuniu, no dia 26, os líderes de todos os partidos para definir os últimos detalhes sobre o início das votações em plenário, a hipótese da alteração da pauta não foi sequer aventada, apesar da presença de vários líderes do "Centrão", inclusive Cardoso Alves.

Na última quinta-feira, com os trabalhos da última fase da Assembleia já iniciados, quem fizesse um balanço da manobra ensaiada pelo Planalto



A reunião de líderes, no dia 26, mantém a ordem das votações. Cardoso Alves (ao fundo) recua.

concluiria que, ao menos a curto prazo, ela resultou num fracasso duplo. O presidente, que dia antes havia conquistado pontos importantes em sua tentativa de governar 5 anos, sofreu um duro revés. E os es-

tilhaços não pouparam as chances dos conservadores na Constituinte. Após a primeira votação em plenário, em que o "Centrão" surpreendentemente não alcançou os votos necessários à vitória, o depu-

tado Roberto Jefferson (PTB-RJ) comentou, sem que fosse contestado, que pelo menos 20 membros do grupo haviam desobedecido "por protesto" a recomendação da liderança. (Antonio Martins)

A burguesia tem seu plano

Com a mesma rapidez e agilidade com que liquidou no interior do "Centrão" a proposta de votar antecipadamente o mandato de Sarney, a parcela da direita que se alinha mais diretamente ao grande empresariado deu na semana passada passos decisivos para a concretização daquele que passou a ser seu grande projeto da atualidade: substituir rapidamente o atual governo, e promover eleições em condições especiais, que facilitem a vitória de um candidato conservador.

No dia 26, o presidente da FIESP, Mário Amato, abandonou a relativa trêgua que mantinha com o governo desde a nomeação de Mailson da Nóbrega e propôs a realização imediata de um plebiscito, onde o povo poderia se posicionar por eleições gerais em 88, pelo presidencialismo e pela adoção do voto distrital.

No mesmo dia, Ronaldo Caiado, da UDR, prometeu mobilizar 10 vezes mais gente que a CUT e a CGT para pressionar a Constituinte por eleições gerais em 88. O jornal "O Estado de S. Paulo" serviu de caixa de ressonância para estas declarações, acirrou ainda mais o tom de suas críticas a Sar-

ney, chegou a criticar diretamente o "Centrão", antes qualificado como a "salvação da livre iniciativa" e pregou insistentemente a "restauração da moralidade" como solução básica para os males do país.

As ações, porém, não se limitaram a isso. No dia 26, os empresários fizeram grande alarde por terem conseguido trazer a S. Paulo o agora candidato declarado à sucessão presidencial, Fernando Collor, um homem que se caracterizou por assumir posições de crítica contundente contra Sarney, mas que evita até o momento qualquer definição ideológica mais clara. Collor foi homenageado em uma reunião

especial do "Fórum Informal" do empresariado, que congrega entidades do peso da FIESP, Federação do Comércio, Federação Agrícola, Sociedade Rural Brasileira e Sindicato dos Bancos. Depois manteve encontro com o presidente do Grupo Votorantim, Antonio Ermírio de Moraes.

A hipótese que se formula é a seguinte: os líderes mais "modernos" da direita podem estar convencidos que na conjuntura conturbada e confusa que o país vive as eleições presidenciais, se realizadas com curto prazo de preparação, podem ser definidas em grande parte pelas forças que agirem mais rápido.



Amato e Caiado: por eleições bem especiais



CONSTITUINTE

Uma brecha para os setores progressistas

Sob a égide das alterações regimentais anti-democráticas promovidas pelo "centrão", o plenário da Assembleia Nacional Constituinte começou, na semana passada, a votar o texto final da futura Constituição. A expectativa é de que será um processo extremamente complexo, difícil, tumultuado e excessivamente lento.

A partir das alterações no regimento interno, impostas pelo "centrão", o processo final de votação pelos constituintes ficou ainda mais confuso. Segundo o regimento aprovado, as emendas substitutivas integrais e títulos, apresentadas com mais de 280 votos — a maioria absoluta da Constituinte — passam a ter preferência automática para a votação.

Como o "centrão" apresentou nove emendas substitutivas, uma para cada título do projeto de Constituição, elas serão votadas em primeiro lugar. Para serem aprovadas é necessário que cada uma dessas emendas obtenha em plenário um mínimo de 280 votos. Caso isso não aconteça, a sessão é suspensa por 24 horas e a votação é repetida. Na hipótese de não se obter os 280 votos na segunda votação, passa-se, então, à votação do texto do projeto aprovado pela Comissão de Sistematização que, igualmente, precisa ter 280 votos para ser aprovado.

Se não obtiver os votos da maioria absoluta, cria-se o chamado "buraco negro". Ou seja, não há nenhum texto aprovado e abre-se um prazo

de 48 horas para que o relator ou a maioria absoluta dos constituintes apresentem um novo texto para ser submetido ao plenário.

Na hipótese das emendas substitutivas serem aprovadas com 280 votos, passa-se à votação dos destaques apresentados. Todo destaque precisa contar com 280 votos para ser incluído no texto constitucional. Se não alcançar esse número, ele é rejeitado, passando a prevalecer o texto da emenda substitutiva aprovado anteriormente.

Além dos destaques individuais, limitados a seis por cada constituinte, os setores progressistas pretendem utilizar uma outra arma regimental para amarrar o golpe que o "centrão" planeja desfechar contra a Constituinte. É o chamado "destaque para votação em separado". Esse mecanismo, incluído no regimento interno, é um instrumento poderoso contra o "centrão", na medida em que o obriga a reunir 280 votos para manter suas propostas.

Segundo o regimento interno, o destaque para votação em separado é um dispositivo segundo o qual se colocam em votação partes do texto do substitutivo aprovado ou até mesmo um dispositivo. No entanto, quem precisa reunir a maioria absoluta é quem deseja manter no texto a parte destacada, e não quem quer retirá-la da Constituição.

Os setores progressistas e alguns parlamentares do PMDB fizeram uma centena de desta-

ques para votação em separado em relação ao texto das emendas substitutivas do "centrão", com o objetivo de extirpar do texto algumas formulações absurdamente anti-democráticas. Esse é, sem dúvida, o principal instrumento para se tentar enfrentar o "centrão".

Além disso, os setores progressistas apresentaram diversos destaques individuais, para suprimir do texto do "centrão" os dispositivos mais absurdos ou então para recuperar partes importantes do projeto aprovado pela Comissão de Sistematização. Estima-se que tenham sido apresentados mais de 2 mil destaques, o que faz prever uma votação bastante longa e tumultuada.

Caso as emendas substitutivas do "centrão" não consigam os 280 votos para serem aprovadas nas duas votações e prevaleça o texto do projeto da Comissão de Sistematização, se aprovado também por 280 votos, os setores progressistas ainda contam com as emendas individuais destacadas com o propósito de incluir no texto alguns dispositivos mais avançados. Todos os pontos polêmicos, como a estabilidade, as 40 horas, o conceito de empresa nacional, as diretas em 88, a reforma agrária e outras questões foram objeto de destaque por parte dos setores progressistas. Embora as condições de vitória tenham ficado mais difíceis depois das mudanças regimentais, ainda existem chances concretas e objetivas de se en-

frentar o "centrão" e aprimorar o texto da futura Constituição com um conteúdo mais

democrático e progressista. (Moacyr Oliveira Filho, de Brasília).

O recuo do "centrão"

O "centrão" sofreu a sua primeira derrota na Constituinte. Na quarta-feira, logo na primeira votação realizada no plenário, ele não conseguiu obter os 280 votos necessários para a aprovação de sua emenda substitutiva ao preâmbulo da Constituição, que retirava do texto qualquer menção à participação e à soberania popular como fontes do poder.

Apesar de todo o seu esforço de mobilização, os "centristas" não tiveram condições de trazer para Brasília todos os seus constituintes-turistas, que lhes garantiriam a esperada maioria absoluta.

Na repetição da votação, na quinta-feira, o "centrão" não teve alternativa. Foi forçado a aceitar um acordo. Votou-se o preâmbulo como este grupo propôs mas, foi incluído no título I um artigo dizendo: "Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido, por intermédio de representantes eleitos ou diretamente, nos casos previstos nesta constituição".

Essa primeira batalha foi importante, pois represen-

tou um revés significativo dos setores de extrema direita que tentam impor à Nação uma Constituição anti-democrática e entreguista. O episódio, de um lado, serviu para desmoralizar a imagem de imbatível que o "centrão" insistia em propagar, mostrando que dificilmente eles terão condições de prender em Brasília, durante todas as votações, a maioria dos constituintes. Mostrou que o "centrão" não poderá aprovar sozinho a futura Constituição, negando abertamente os anseios democráticos da população.

Pelo efeito psicológico, esse resultado dá novo ânimo aos setores progressistas e comprova que a união dos democratas com parcela do PMDB poderá render frutos positivos. Se esse setor do PMDB continuar aliado com os parlamentares progressistas, dificilmente a extrema direita terá condições de sair vitoriosa através do rolo compressor. Resta saber se a cúpula dirigente do PMDB manterá essa postura, ou se será tentada a fazer novas concessões a extrema direita.

Atenção para esta data: 4 de março. Será o "Dia do Basta". Basta ao mandato de cinco anos pretendido por José Sarney. Quem decidiu isso foi o Comitê Pró-Diretas, em reunião realizada quarta-feira no Congresso Nacional, em Brasília, integrado por cerca de 50 constituintes e por diversas personalidades democráticas. No "Dia do Basta", às 16 horas, serão realizadas manifestações simultâneas em quase todas as cidades brasileiras, exigindo a realização de eleições presidenciais neste ano. A coordenação do evento ficará por conta da OAB. Prevê-se, agora, a criação de comitês regionais para a organização do protesto.

Brasília por diretas

Mais de 3 mil pessoas participaram em Brasília, no último dia 26, de um comício promovido pela Frente de Entidades Democráticas, Sindicais e Populares pelos Direitos do Povo na Constituição. O comício exigia a realização de eleições diretas para presidente ainda este ano, a preservação das conquistas populares alcançadas até o momento na Constituinte e a aprovação das emendas de conteúdo progressista apresentadas ao projeto da Comissão de Sistematização. Participaram os líderes do PCdoB, Haroldo Lima, do PT, Lula, do PDT, Brandão Monteiro e do PCB, Roberto Freire. O primeiro arrancou aplausos ao classificar de "feudais" as emendas apresentadas pelo "Centrão".

Enterro do "Centrão"

Na última sexta-feira, dia 22, o povo recense realizou o enterro simbólico do "centrão". Uma passeata, organizada pelo Movimento Unificado Constituinte Popular — integrado por diversas entidades e partidos políticos — percorreu as principais vias de acesso ao centro da capital pernambucana, numa manifestação política contra o agrupamento político que, na Constituinte, advoga as propostas mais reacionárias.

A atividade respondeu às expectativas dos organizadores, em que pese o pouco período de mobilização, a falta de maior estrutura e outras dificuldades inerentes à própria condição do movimento popular.

"O mais importante — ressaltou Luciano Siqueira, presidente estadual do PCdoB — foi a iniciativa das forças populares de Pernambuco, decidindo ir às ruas para combater o 'centrão' e brigar por uma Constituição que reflita os interesses do povo". Para Gomes Filho, da Comissão de Luta do Bairro de Ibura, "agora a gente sente uma maior motivação, e nós estamos determinados a preparar uma caravana até Brasília".

A passeata terminou com um ato público na Praça da Independência, com os manifestantes realizando o enterro simbólico do "centrão", e anunciando ao público presente seus integrantes: Ricardo Fiúza, Inocêncio Oliveira, Osvaldo Coelho, Paulo Marques, Salatiel Carvalho, José Mendonça e Gilson Machado (todos do PFL) e Nilson Gibson, do PMDB. (da Sucursal).

O Exército condena

O Comando Militar do Nordeste pretende punir alguns subordinados que, segundo supõe, comprometeram a imagem do Exército no acidente ocorrido no Depósito Regional da Sétima Região Militar de Camaragibe, Pernambuco. Entre eles, o segundo sargento Normando, por ter jogado a corneta no chão ao não conseguir realizar o conhecido toque de silêncio durante o enterro de um dos vitimados.

Apenas três recrutas continuam em estado de recuperação. Contudo, as chances de sobrevivência são nulas, como reconhece Marcelo Katar, médico que acompanha os pacientes.

Atuação de Bomfim

O deputado federal Eduardo Bomfim (PCdoB-AL) acaba de lançar o livro "Em defesa do parlamentarismo, contra o militarismo", um breve resumo de sua atuação parlamentar no primeiro ano de mandato como deputado federal e membro da Assembleia Constituinte. Constam da obra os discursos "Um novo sistema de governo", "Basta de militarismo", "A luta por uma Constituição democrática e progressista", além de um balanço da atuação em três meses de Bomfim. Pedidos do livro podem ser feitos ao gabinete do deputado, pelo telefone (061) 213-5924.

DÍVIDA

A submissão aos credores já é total

Tem-se comentado pela imprensa burguesa que as relações do governo brasileiro com a comunidade financeira internacional estão melhorando. Pode ser concluído em breve um acordo formal com o FMI e aventa-se a possibilidade do governo norte-americano realizar um "empréstimo-ponte" ao Brasil com o intuito de colocar em dia os juros devidos aos bancos.

De fato, o governo Sarney tem o que apresentar aos padrões imperialistas. Agora mesmo, na reunião realizada quarta-feira passada, o Conselho Monetário Nacional (CMN) acabou de aprovar uma resolução facilitando a conversão da dívida externa em investimentos. Antes, pelos critérios definidos por Bresser Pereira, os interessados na convenção tinham que transformar títulos da dívida em bônus do governo brasileiro que já embutiam um determinado desconto sobre o valor dos débitos, mecanismo que desagradou os banqueiros. O CMN decidiu que nem isto é necessário.



Os membros do CMN facilitam a conversão dos débitos, medida desnacionalizante, mas do agrado do imperialismo.

ESPOLIAÇÃO

Também foi formidável, do ponto de vista dos bancos credores, o resultado da balança comercial no ano passado, quando o país exportou cerca de 26 bilhões de dólares e importou 14 bilhões de dólares,

obtendo um superávit de US\$ 11,2 bilhões. Como foi conseguido este saldo extremamente elevado para as condições de um país como o nosso, onde o povo passa necessidades das mais básicas?

Em primeiro lugar, é paten-

te a relação entre a obtenção de grandes saldos comerciais e a redução do consumo interno. Assim, se as exportações aumentaram em quase 40% em 1987, o salário médio dos brasileiros foi reduzido no ano em quase 30%, segundo cálculo do Dieese. Além disto, a recessão interna obriga que as empresas destinem maior parte de suas vendas ao mercado externo, mecanismo este que recebe todo tipo de incentivos por parte do governo entreguista. É a lógica de país dependente: apertar os cintos pa-

ra gerar recursos a serem enviados aos monopólios imperialistas.

REMESSAS AO EXTERIOR

Vejam como foi consumido o superávit, que se encontra entre os mais elevados do mundo. Somente em remessa de lucros das multinacionais, aliada ao pagamento de fretes, seguros, royalties, despendeu-se soma de 3,5 bilhões de dólares. Com pagamento efetivo de juros da dívida externa, enviou-se aos banqueiros internacionais a quantia de 4,8 bilhões de dólares. Saldaram-se créditos com o FMI no valor de US\$ 1,1 bilhão, além de outros no valor de 1,2 bilhão de dólares.

Apesar do esforço exportador e da moratória, as reservas permaneceram praticamente no mesmo nível do ano anterior — 4,5 bilhões de dólares. Há que se acrescentar às remessas os números de mecanismos ilegais como o subfaturamento de exportações e o superfaturamento de importações, através dos quais as multinacionais vendem a preços artificialmente baixos e compram mercadorias e tecnologia do exterior a preços inexplicavelmente elevados como forma de enviar recursos às suas matrizes.

Não obstante, o país ficou devendo cerca de 4,1 bilhões de dólares devido ao período em que vigorou a suspensão

parcial do pagamento de juros aos bancos privados. Vê-se, portanto, que o Brasil, apesar dos atrasos no pagamento de juros, é um negócio altamente rentável para os magnatas das finanças internacionais. Não é sem razão que o vice-presidente do Citicorp, Robert McCormack, afirmou recentemente que "na verdade, o Brasil não tem um problema grave de dívida externa, porque produz um superávit comercial de 1 bilhão de dólares por mês".

Os bancos credores, entretanto, sempre exigem mais. Embora a política econômica do governo Sarney esteja de acordo com o figurino do FMI, a banca impõe um acordo formal com o Fundo. É uma garantia maior para os seus interesses. É certo ainda que o povo brasileiro vem sendo violentamente espoliado e sufocado para garantir os interesses imperialistas, mas os banqueiros pensam em desnacionalizar ainda mais a economia, utilizando parte da dívida externa na compra do que resta de empresas nacionais, particularmente as estatais. Já a posição brasileira é hoje de total submissão aos magnatas estrangeiros, representando um passo atrás em relação ao período de Funaro e, mesmo, ao de Bresser Pereira.

(Agenor da Silva)

Contra a blasfêmia

O Partido Comunista do Brasil, repetindo a mesma atitude adotada na Constituinte de 46, levantou a tese da supressão da expressão "sob a proteção de Deus" incluída no preâmbulo da Constituição tanto pelo Centrão como no projeto aprovado na Comissão de Sistematização. A questão não é nova. A Constituição de 1842 afirmava ter sido escrita "sob a inspiração da Santíssima Trindade", a de 34 afirmava ter trabalhado "pondo a confiança em Deus" e a de 46, após demorada e fértil discussão, optou pela fórmula que hoje se tenta repetir.

Antes de mais nada, é preciso salientar que não se trata de nenhum problema religioso ou filosófico. Não está em questão a existência ou não de Deus. Está em debate, isto sim, um problema político. A Constituição objetiva ser a Lei Magna para todo o povo brasileiro e não para uma facção — ainda que amplamente majoritária — desse povo. Em um país onde existe a separação entre o Estado e a religião, colocar o documento básico do Estado sob o primado da religião é uma contradição. Assim é que países majoritariamente católicos ou protestantes, como a França, Portugal, Espanha, Estados Unidos e Itália, não fazem qualquer menção ao nome de Deus em suas constituições.

As constituições que usaram o nome de Deus em seus preâmbulos foram rudemente desmascaradas pela história, como a brasileira de 1824, que, em nome da "Santíssima Trindade", aceitou a escravidão dos negros. O nome de Deus,



Haroldo Lima, líder do PCdoB na Constituinte

portanto, muitas vezes é usado para sugerir uma origem divina para interesses terrestres muitas vezes mesquinhos.

Como se isto não bastasse, a formulação que se pretende empregar — "sob a proteção de Deus" — denota uma presunção desmedida. Suponhamos que a Constituição venha a definir uma ordem econômica que sacrifique a economia nacional em benefício do capital estrangeiro, que não estabeleça normas para a efetiva reforma agrária, não garanta as 40 horas de trabalho, a estabilidade no emprego e que conceda 5 anos de mandato para o presidente Sarney. Por que apresentar posições desse tipo como se

tivessem sido tomadas "sob a proteção de Deus"? Segundo uma veneranda figura da Igreja Católica da Bahia essa formulação incluída na Constituição é uma verdadeira blasfêmia.

O uso do nome de Deus em documentos e símbolos oficiais não era feito no antigo Império Romano. Daí o episódio em que Jesus, tendo pedido a alguém para dizer-lhe o que via em um denário — a moeda do Império — obteve a resposta de que a efígie é a legenda de César. O que permitiu a réplica famosa: "então dê a César o que é de César".

A utilização oportunista, desrespeitosa e farisaica do nome de Deus com objetivos políticos é repetida em inúmeras oportunidades na história. Na época do fascismo, na Espanha, moedas ostentavam a legenda: "Francisco Franco, caudillo de España, por la gracia de Dios". E ainda agora, aqui no Brasil do senhor Sarney, nosso denário de 1000 cruzados circula com a inscrição: "Deus seja louvado".

Como o voto do PCdoB foi o único a favor da supressão dessa expressão na Comissão de Sistematização e como não temos grande disponibilidade de emendas deixamos de encaminhar essa proposta em plenário, mas fizemos questão de manifestar nossa posição contrária à essa blasfêmia. Afinal, os constituintes brasileiros estão sendo mais realistas que o rei. Nem mesmo a Lei Fundamental do Estado do Vaticano — a Constituição do Vaticano — invoca o nome de Deus seja em preâmbulo, seja em seus artigos.

Opinião Parlamentar

URP

Vem aí um novo arrocho

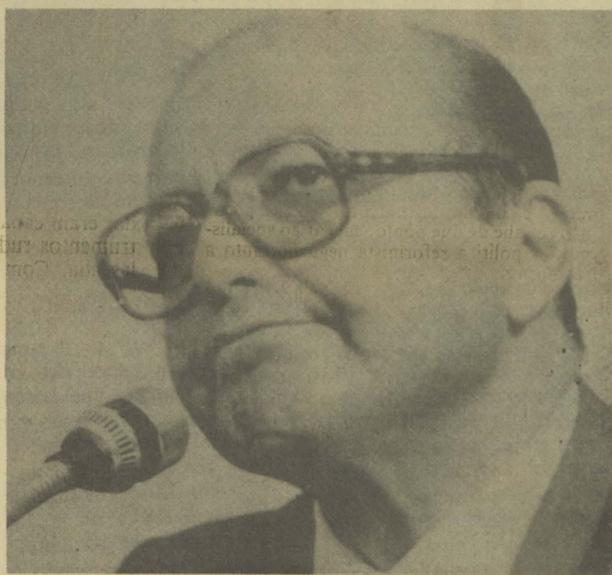
Tem certos comentários que mais parecem piadinhas cínicas e de mau gosto. Por exemplo, as considerações de alguns membros da equipe econômica do governo Sarney sobre as regras de correção dos salários. O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega (apoiado pelo seu colega do Planejamento, João Batista Abreu) disse estar seriamente preocupado com a possibilidade de que a Unidade de Referência de Preços (a URP), que hoje serve de base aos reajustes salariais, venha a causar futuramente um aumento dos salários reais. Por isto, quer alterar novamente a legislação para eliminar a URP.

Dizer que o ministro está sendo cínico é muito pouco neste caso. Afinal, todos estão carecas de saber que a URP, desde que foi implantada em substituição ao gatilho, veio para aprofundar o arrocho salarial. E é o que efetivamente tem ocorrido. O primeiro reajuste pela nova sistemática se deu três meses após a instituição do Plano Bresser, quando os preços já tinham acumulado uma alta de 15,82% (na verdade 26,45% se também for computada a inflação de outubro, de 9,18%, o que deve ser feito visto que os salários do mês só são pagos no mês seguinte): a URP foi de 4,6%. Até dezembro, as remunerações dos trabalhadores haviam sido corrigidas por um índice equivalente a 24,9% (os três meses da URP a 4,6% mais 9,19%, que é a marca da URP para dezembro, janeiro e fevereiro). Pois bem, no mesmo período após o Plano Bresser, que corresponde ao segundo semestre do ano passado, os preços subiram exatos 62,87%, isto segundo os cálculos oficiais, o IPC coletado pelo IBGE. Assim, foram 24,9% contra 62,87%, um placar duro para os assalariados.

IR

O Leão não gosta dos assalariados

Mais uma vez ficou comprovado que o atual governo tem dois pesos e duas medidas bem distintas segundo se relaciona com os interesses do capital ou do trabalho. Em 1987, de acordo com informações da Receita Federal (oficiais, portanto), a arrecadação do Imposto de Renda que incide sobre os assalariados cresceu 82,54% em termos reais, isto é, descontados os efeitos da inflação. Em valores fixos de dezembro do ano passado, o total recolhido foi de Cz\$ 35,6 bilhões contra Cz\$ 19,5 bi-



Fazendo piadinhas, Mailson prepara um novo assalto ao salário

E, é claro, as coisas não ficam por aí. Agora, nesses meses, enquanto a URP marca 9,19% a inflação de janeiro baterá em torno de 17% e a de fevereiro poderá alcançar ou até superar 20%. Isto quer dizer que a defasagem tende a ser ainda bem maior. Em detrimento, evidentemente, do bolso do trabalhador. Para repor as perdas, quem teve seus rendimentos reajustados com base apenas na URP (e este é o caso de quase todos que não têm data-base no período considerado) atualmente precisa de uma correção próxima a 50%.

É mais que patente que a URP não serve aos interesses dos trabalhadores. O que se exige é uma sistemática de correção que pelo menos iguale mês a mês as taxas de inflação. O movimento sindical, com efeito, está reivindicando a substituição da URP. Porém, é uma coisa diametralmente oposta à que vem sendo maquinada no Palácio do Planal-

to. Ali, a intenção é instituir um novo mecanismo que penalize ainda mais os assalariados.

Veja-se a "preocupação" do senhor Mailson da Nóbrega. Com a queda da inflação, afirma ele, pode ocorrer de a URP ser superior ao IPC e, portanto, haver aumento real dos salários. Patifaria. É certo que, a partir de março, o índice deverá ser superior a 15%, já que representa a média da inflação dos três meses anteriores (no caso, dezembro, janeiro e fevereiro). Isto não significa recuperação dos salários. Em primeiro lugar, porque nada indica que os preços subirão menos. Ao contrário, todos os sinais apontam para uma hiperinflação. Em segundo, ainda que se admita a hipótese, remotíssima, levantada pelo ministro (de queda da inflação), os salários continuariam distantes, e muito, dos níveis miseráveis em que foram colocados pelo plano do ex-ministro Bresser Pereira.

(Umberto Martins)

VENHA "PANELAR" EM SALVADOR

Salvador é sol, é mar, é alegria, é beleza...
Salvador é música!
Em Fevereiro, Salvador vira Carnaval!
A melhor forma de brincar o Carnaval de Salvador é no PANELA VAZIA, o bloco mensagem, o bloco de luta, o bloco poesia.
O PANELA é uma forma bonita e gostosa de satirizar, de criticar os poderosos e a situação do povo sem perder o charme, a alegria, o jeito solto e gingado do Carnaval da Bahia.

É um dos blocos mais baratos, sem com isso perder a qualidade que lhe garantiu o título de campeão de 87 e diversos outros prêmios.

O PANELA é integração, é amizade, é um bloco onde um sentimento, um axé muito grande, de repente une todo mundo na maior solidariedade... O PANELA é paz. São milhares watts de potência a serviço de sua alegria e do delírio coletivo sem igual que é o Carnaval da Bahia.

FAÇA SUA RESERVA JÁ! Nossos preços: até dia 07/12 - Cz\$ 2.900,00 - a partir de 08/12 - Cz\$ 3.450,00 à vista ou em prestações MAIORES INFORMAÇÕES FONE (071) 243-6492

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E CARNAVALESCA

PANELA VAZIA

"O POVO BRINCA, MAS COM O POVO NÃO SE BRINCA"



LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

O que acha o sr. Weffort?

Será que pode-se elaborar uma nova teoria com base no "eu acho"? Pois o eminente teórico petista e professor de ciências políticas da USP Francisco Weffort, "acha" que os conceitos "clássicos" de reforma e revolução estão superados. Na "Folha de S. Paulo" do último dia 25, ele diz que revolução "acontece substancialmente na sociedade (??) — é claro que com alguma participação no Estado".

Bons costumes?

O que será esta revolução que "acontece substancialmente" na sociedade? Fica a cargo de cada um "achar" o que bem entender. Existe um movimento que pretende fazer primeiramente uma transformação de cada um, pelo que chama "rearmamento moral", para construir uma sociedade honesta, pura, de "bons costumes". Não pretendemos incluir o ilustre sociólogo nesta corrente reacionária. Apenas alertar para que este tipo de pensamento idealista em geral não conduz a um caminho progressista.

Ao dizer que esta dita "revolução na sociedade" tem "alguma participação no Estado", faz uma crítica implícita à idéia de que a revolução culmina com a tomada do poder pelos trabalhadores, afastando as antigas classes dominantes. E, analisando mais profundamente as coisas, nega a tese marxista de que o proletariado, ao tomar o poder, deve dismantelar a máquina estatal burguesa e construir a ditadura do proletariado.

Salto de qualidade

O professor, com os seus achados, procura ofuscar a fronteira entre política reformista e política revolucionária. As mudanças, para ele, seriam no conjunto da sociedade e também, em parte, do Estado. Haveria uma combinação, nem bem uma coisa nem bem outra.

Mas o pensamento científico, há mais de um século, já demonstrou que o movimento se dá pela acumulação de pequenas transformações e, em determinados momentos, por saltos de qualidade. Em outras palavras, a quantidade, em certas condições, se transforma em qualidade. Na sociedade também, a evolução dá lugar à revolução.

Os reformistas — e, queira ou não, o sr. Weffort se inclui entre eles — desconhecem a ruptura, a alteração violenta de um sistema para outro. Imaginam que, por pressão social, vão acumulando reformas no capitalismo — e nas suas instituições — até, a partir não se sabe de que ponto, chegar ao socialismo. A política reformista nega portanto a revolução.

Por seu lado, a política revolucionária não nega as reformas. Apenas não as coloca como objetivo em si. Considera que a conquista de certos direitos e certas reivindicações ajuda a desgastar o poder dominante e a acumular forças, contribui para organizar e elevar o nível de consciência das forças populares.

Atraso secular

O salto de qualidade, a passagem do capitalismo ao socialismo, não pode ocorrer apenas, com "alguma" participação no Estado. Pelo contrário. Com a tomada do poder político, com o desmoronamento da velha máquina de opressão burguesa, o proletariado empreende o gigantesco trabalho de construir uma nova estrutura econômica e, intimamente ligada a ela, a transformação de toda a mentalidade social.

Há mais de um século, Marx e Engels, estudando a experiência de Comuna de Paris, constataram que não basta à classe operária chegar ao governo e tentar colocar a seu serviço, com algumas modificações, o Estado capitalista. É indispensável dispor de uma nova organização política que, na medida em que avança a construção da nova sociedade, sem explorados e sem exploradores, sem classes, vai perdendo o razão de ser. Mas às portas do século XXI, o sr. Weffort ainda "acha" que entre reforma e revolução não existe diferença significativa. (Rogério Lustosa)

Trabalho: o "segredo" da humanização

O estudo da humanização teve um grande avanço nos últimos anos. Sabe-se agora, através das proteínas e DNA (ácidos nucléicos responsáveis pela transmissão das características genéticas) que a separação dos homínidas do tronco comum com os antropóides africanos se deu há cerca de quatro milhões de anos, e não há 20 milhões, como se pensava. E que o chimpanzé, nosso mais próximo parente, tem 98,6% dos seus gens idênticos aos nossos — uma proximidade surpreendente. No entanto, a ciência moderna tem confirmado, no fundamental, as etapas da humanização tal como indicadas por Engels há mais de meio século.

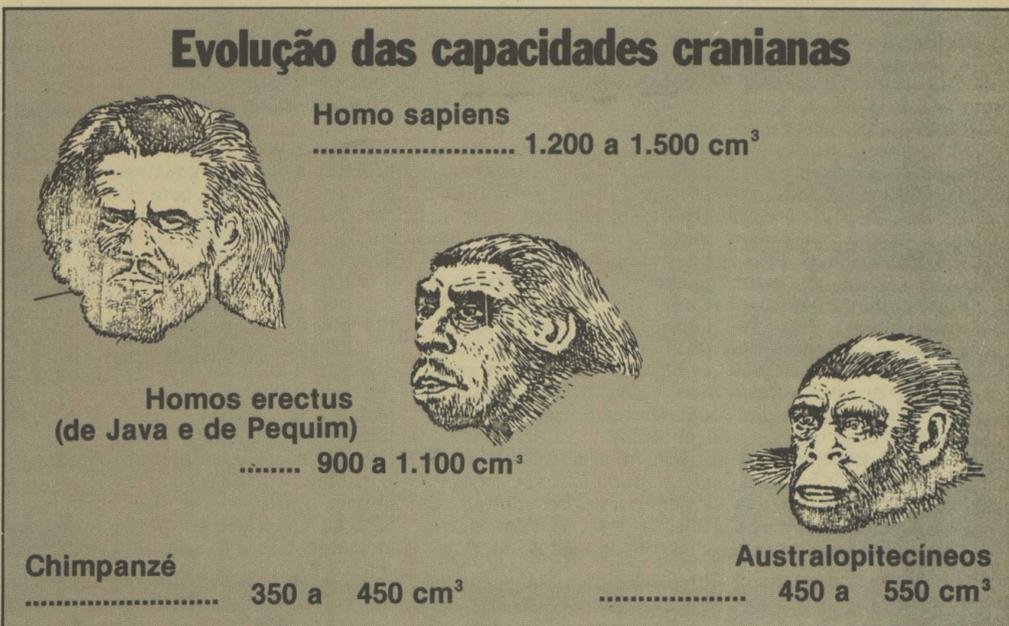
Não é mais uma hipótese, mas fato científico incontestado, que a postura ereta (bipedestação) foi o passo decisivo na transição do antropóide ao homem. O mais antigo ancestral do homem foi encontrado fossilizado em camadas geológicas datadas entre 3,5 e 3,8 milhões de anos. Denominado australopithecus afarensis, vivia em savanas da região de Hadar, na Etiópia, e possivelmente em outras partes da África. Estes seres eram pequenos, provavelmente pesando entre 25 e 50 kg e sua capacidade craniana entre 450 e 550 cm³, era igual a de um chimpanzé. Eram bípedes, como revelou-se pelo estudo das articulações e forma do quadril, dos joelhos, dos tornozelos e dos pés. Estudando os ossos das mãos e suas articulações, os cientistas afirmam que suas manipulações deviam ser mais precisas que as dos chimpanzés atuais. Suas características faciais entretanto eram muito mais semelhantes a um chimpanzé que aos homens atuais. Foram também descobertas em Laetoli, na Tanzânia, pegadas fósseis de indivíduos que andavam eretos, seguramente datadas em 3,75 milhões de anos.

Os australopithecíneos constituíram o primeiro gênero de homínidos, dividindo-se em diversas espécies. Hoje ninguém mais duvida que estes seres primitivos, com a libertação das mãos do uso para locomoção, foram capazes de usar instrumentos rudimentares como instrumentos para obtenção de alimentos ou armas de defesa. Está bem documentado que espécies de australopithecíneos descobertas em camadas mais recentes e mais evoluídas eram capazes de produzir instrumentos rudimentares de pedra lascada. Com um cérebro do tamanho do de um chimpanzé, estes seres já eram capazes de exercer o grande fator responsável pela humanização, o trabalho.

O papel do trabalho na humanização

Engels afirmou: "o trabalho, por si mesmo, criou o homem". O que para muitos poderia parecer um exagero vem sendo cada vez mais comprovado pela paleoantropologia (ciência que estuda a formação do Homem). Somente o trabalho explica, por exemplo, o aperfeiçoamento da mão humana. Ela é única no reino animal em sua capacidade para manipular e produzir instrumentos. O trabalho teve aqui um imenso valor seletivo, dirigindo o aperfeiçoamento da mão. Por isso é justa a afirmação de Engels: "a mão humana não é apenas o órgão do trabalho, mas também produto deste."

Além de produzir e utilizar instrumentos, uma característica do homo sapiens (homem moderno) é possuir um cérebro grande (capacidade craniana média de 1.500 cm³). No entanto este cérebro



grande é um desenvolvimento relativamente tardio, sendo precedido em muito tempo pela postura bípede e pelo uso de instrumentos, isto é, pelo trabalho. Um ponto importante é que o tamanho do cérebro aumentou três vezes depois do uso e manufatura de instrumentos. A parte interna dos cérebros. Demonstra-se que tal desenvolvimento cerebral não foi uniforme em suas diferentes partes e nas diversas épocas. Por exemplo, as áreas do cérebro relacionadas com o controle da mão e do polegar desenvolveram-se mais rapidamente do que outras áreas sensoriais e motoras. Isto foi um reflexo no cérebro, das habilidades motoras relacionadas com o uso de instrumentos.

É interessante acompanhar o desenvolvimento do cérebro dos seres do gênero homo, nos quais somos incluídos. O mais antigo membro deste gênero foi o homo habilis, descendente dos australopithecíneos. Seu cérebro era maior (cerca de 700 cm³) e já possuía lobos frontais mais desenvolvidos. Os lobos frontais são os responsáveis pelos processos psíquicos superiores, caracteristicamente humanos, e foram as porções que mais cresceram a partir do uso de instrumentos.

O Homo erectus foi o antecessor do homem moderno, aumentando seu cérebro e aperfeiçoando suas áreas frontais conforme avançava seu modo de vida. O homo erectus foi o 1º a migrar para fora da África, de acordo com estudos do chamado homem de Pequim (uma das sub-espécies de homo erectus). Viviam em cavernas, caçava grandes animais, produzia uma grande variedade de instrumentos de pedra, conhecia e usava o fogo.

Sucedeu ao homo erectus o ho-

mo sapiens, nossa própria espécie. Hoje se considera que o chamado homem de Neandertal, que possuía algumas diferenças morfológicas a nível de crânio e face com o homo sapiens, na verdade constituiu uma sub-espécie, sendo modernamente chamado homo sapiens neandertalensis. A partir do neandertalense já temos uma capacidade craniana de cerca de 1500 cm³, com um cérebro semelhante ao nosso.

A linguagem, atributo da espécie humana

A linguagem articulada é um dos mais importantes atributos da espécie humana. Seu surgimento facilitou enormemente a transmissão da cultura de geração a geração. Também aqui é possível conectar seu surgimento ao desenvolvimento do trabalho e de relações sociais mais complexas entre os ancestrais do homem. Sabe-se hoje que somente a partir do homo erectus, que já tinha um desenvolvimento social e laboral maior, surge a linguagem e que ela foi sendo aperfeiçoada até o surgimento do homo sapiens, quando se completou.

Como a ciência concluiu que os australopithecíneos não falavam e os homo erectus o faziam rudimentarmente? Para falar é preciso ter um aparelho fonador e um controle cerebral eficiente. Os moldes cerebrais revelam que os homo habilis já possuíam lobos frontais mais desenvolvidos e, nestes, a chamada área de Broca, que controla a fala. Apresentavam também certas áreas parietais relacionadas com o comando da laringe (cordas vocais). No entanto, só nos fósseis de homo erectus é possível identificar a conformação da base do crânio que se relaciona com a altura do posicionamento da laringe dentro da faringe capaz de modular os sons emitidos pelas cordas vocais. A base do crânio curva só existe atualmente nos seres humanos. Ela se relaciona com a laringe mais baixa, conseqüentemente ficando maior espaço na faringe para modular os sons e foi se tornando cada vez mais curva até atingir sua curvatura máxima no homo sapiens. Daí a ciência concluir que uma forma de linguagem articulada rudimentar se iniciou com o homo erectus e foi se aperfeiçoando até atingir o nível atual tal como a conhecemos.

Os fatores sociais passam a ser decisivos

A evolução humana apresenta singularidades que a distinguem da evolução dos outros animais e para entendê-la é necessário, uma aplicação consciente dos princípios do materialismo histórico. Especialmente entender o trabalho como o fator que determinou a distinção do homem no reino animal. Sem aceitar tal verdade torna-se difícil compreender como podemos ser tão diferentes de um chimpanzé, tendo 98,6% dos gens idênticos a ele. Ou porque diferentemente de todos os demais mamíferos, o gênero homo só tem uma

espécie, homo sapiens sapiens. Ou porque a evolução anatômica do homem, incluindo a do cérebro, praticamente estacionou há cerca de 40.000 anos com o surgimento do homo sapiens.

A evolução humana é diferente e única porque sobre ela atuaram fatores biológicos e também e cada vez com mais força, fatores sociais, dirigidos pelo trabalho. No princípio os homínidos diferiam muito pouco dos demais antropóides, justamente porque as formas de trabalho eram as mais primitivas. Contudo o aperfeiçoamento da produção de meios de subsistência, o surgimento das relações de produção, o desenvolvimento social fizeram com que a evolução humana se diferenciasse das demais. Os seres humanos começaram a influir no próprio destino e esta influência aumenta com o decorrer do tempo. Esta a formulação marxista da evolução humana, a única que ajuda a desvendar os "segredos".

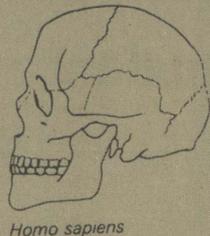
A especiação é o resultado da adaptação de cada grupo de animais ao seu ambiente através de modificações acentuadas do seu corpo. Alguns antropóides atuais, por exemplo, adaptados para a vida nas árvores, desenvolveram membros superiores exageradamente longos e mais fortes que os inferiores; outros, que vivem parcialmente no solo, andam meio eretos com auxílio das "mãos".

O homem não sofreu especiação porque, ao invés de grandes adaptações morfológicas, sob influência do trabalho, foi capaz de responder às particularidades ambientais, com mais mudanças na produção de meios de subsistência que com grandes mudanças corporais. Ao invés de desenvolver garras e dentes poderosos, desenvolveu armas e armadilhas e com elas foi capaz de abater os maiores animais. Ao invés de desenvolver pelos, como o fizeram os de mais mamíferos, aprendeu a enfrentar o frio utilizando as peles de outros animais e depois criou a tecelagem. Com a agricultura descobriu uma maneira mais confiável de obter alimentos vegetais.

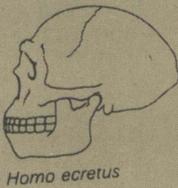
O trabalho aparece como o fator seletivo primordial na evolução humana. Diferente dos demais animais, o homem se adaptou ativamente ao meio ambiente.

O trabalho criou um abismo intransponível entre o homem e os demais animais. Em relação aos nossos ancestrais antropóides podemos dizer que nossa evolução, sob a influência do trabalho, não só foi diferente, mas seguiu um caminho diametralmente oposto. É por isto que é impossível nos dias atuais que os grandes macacos evoluam para seres humanos (argumento muito utilizado por religiosos para combater a origem natural do homem). Os grandes macacos produto final da evolução regida unicamente pelas leis biológicas, enquanto o homem é o produto final da interação de leis biológicas e sociais. Só o homem trabalha, só por isto pode vir a ser homem. (José Augusto Moehel)

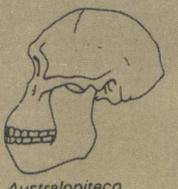
Árvore genealógica do homem



Homo sapiens sapiens (de 40 mil anos até hoje)



Homo sapiens neandertalensis (entre 0,3 a 0,04 milhões de anos)



Homo erectus (entre 1,6 e 0,3 milhões de anos)

Homo habilis (entre 2,5 e 1,6 milhões de anos)

Australopithecus (entre 3 e 4 milhões de anos)

DE OLHO NO LANCE

Que prosperidade

O Brasil vai mal. Mas a indústria de guerra no país vai muito bem, obrigado. Tanto assim que chegamos atualmente a alcançar um honroso (ou vergonhoso?) quinto lugar no mercado mundial de exportação de armas. O pragmatismo governamental vibra com a guerra Irã-Iraque e com a tensão permanente no Oriente Médio. Graças a isto o Iraque e a Arábia Saudita são os nossos maiores clientes. E a Líbia já tem aqui uma missão comercial negociando uma compra em torno de um bilhão de dólares.

Até neste assunto o governo Sarney imita a velha ditadura militar. Foi o regime dos generais que implatou esta filosofia. "Negócio é negócio" dizia-se naquele período. E repete-se agora. Mas tudo na calada. Para se saber destas coisas temos que ler o "New York Times". As autoridades, em relação aos brasileiros, seguem a máxima de que o segredo é de ouro. Principalmente nos negócios sujos, podemos acrescentar.

Na compra de armas também o Brasil cresce. O ministério da Aeronáutica está comprando seis caças "Mirage III" da França, no valor aproximado de 100 milhões de dólares. O objetivo é "defender Brasília da aproximação de qualquer aeronave hostil!!!" E, acrescentamos nós, para garantir o pouso das missões do FMI. É mole, ô do bigode?

CONGRESSO DOS PROFESSORES

Fraudes para filiar a CPB à CUT

O XXI Congresso Nacional dos Professores, realizado em Brasília entre os dias 16 e 21 de janeiro, teve a marca da fraude e da manobra. Na verdade, ele foi previamente montado para garantir a filiação da CPB (Confederação dos Professores do Brasil) à CUT. Mesmo uma parcela da direção da entidade nacional foi cúmplice de toda a trama, facilitando o inchaço artificial do congresso pelos cutistas.

As denúncias de irregularidades no credenciamento de delegados foram apresentadas antes mesmo da instalação oficial do congresso. Segundo Maria José Rocha Lima, a Zezé, presidente da APLB (Associação dos Professores Licenciados da Bahia), "desde o início ficou claro que os setores cutistas pretendiam impor a qualquer custo a filiação da CPB à CUT. Nos congressos anteriores da entidade eles já haviam tentado, mas foram derrotados. Desta vez, resolveram apelar para fraude para atingir seu intento. Nas próprias reuniões preparatórias do congresso era evidente a conspiração, sempre com o respaldo de um setor da diretoria da CPB".

Conforme ficou comprovado pela Comissão de Fiscalização, formada após longa pressão e alvo do boicote dos organizadores do evento, as irregu-

laridades foram cometidas para garantir a maioria de delegados cutistas e dificultar ao máximo a participação dos setores que sempre trabalharam pela unidade no interior da Confederação.

Nessa manobra espúria, atas foram adulteradas, como no caso das associações de professores de Pernambuco e Distrito Federal; permitiu-se o acesso de docentes cujos nomes não constavam nas atas de credenciamento do congresso (Goiás); observadores foram credenciados como delegados com direito a voto (UTE — Minas Gerais, Distrito Federal e Goiás). Em todos esses casos, são entidades estaduais hegemônicas pela central petista.

Bem diferente foi o tratamento dado às associações dirigidas por setores contrários à filiação à CUT. Alguns crachás de delegados da Aspac

(Associação dos Professores do Acre), por exemplo, desapareceram misteriosamente. Já alguns representantes do Ceará, devidamente munidos das atas da assembléia estadual, não foram credenciados até o final do congresso.

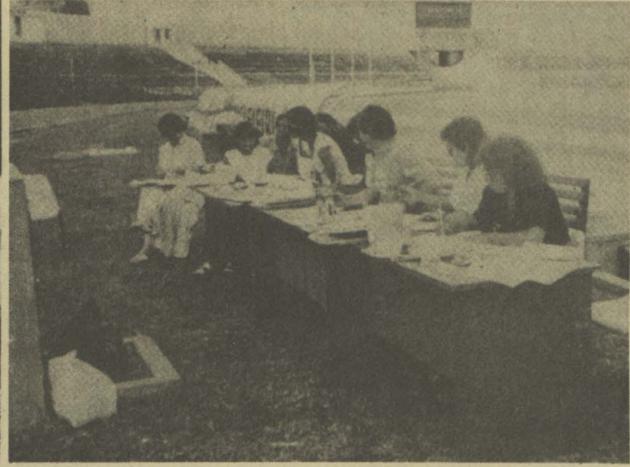
AÇÃO ORGANIZADA

Todas essas fraudes, que permitiram a alteração da correlação de forças durante o congresso, foram denunciadas e comprovadas. Entretanto, a comissão organizadora do evento fez-se de surda e deu prosseguimento ao congresso — que a partir daí perdeu a credibilidade. Descontentes com as manipulações, algumas delegações chegaram a propor a retirada do congresso. Mas, temendo que essa ação aprofundasse a divisão da CPB, as 17 entidades estaduais que denunciaram a fraude decidiram prosseguir a batalha no fórum máximo da categoria — inclusive para evitar outras resoluções sectárias e aventureiras.

Mesmo com todas essas manobras, a decisão de filiar a CPB à CUT se deu por pequena margem. Pela filiação vota-



Maria José, presidente da APLB, denunciou irregularidades no credenciamento e manobras da mesa



ram 1.351 delegados, contra, 1.150. Em função dessa disputa, o congresso, convocado para discutir os problemas e anseios dos aproximadamente 1.400 milhão de professores do Brasil, ficou totalmente prejudicado. Os três primeiros dias do encontro foram comprometidos com a questão das irregularidades. Depois que os cutistas atingiram seu objetivo exclusivo, pouco se debateu sobre o plano de luta do pro-

fessorado, questão educacional, posição diante da conjuntura nacional etc.

Com esse resultado, o XXI Congresso aprofundou a disputa no interior da CPB — principalmente tendo em vista que no próximo ano haverá eleição de sua nova diretoria. De um lado ficaram os setores cutistas. De outro, formou-se uma ampla frente — batizada de **Unidade e Independência**

—, que congrega 17 das 31 entidades estaduais de professores. Para Zezé, uma das principais lideranças dessa articulação, "o fundamental agora é consolidar a unidade desse setor e desenvolver uma ação organizada no interior da CPB". A presidente da APLB acredita que "desta forma poderemos evitar que nossa entidade seja partidária, instrumentalizada pela CUT-PT".



A convenção final, em novembro, desrespeitou indicações da base

BANCÁRIOS-SP

Processo sectário

Encerrou-se no último dia 22 a eleição para a nova diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Apenas uma chapa disputou o pleito, que teve uma participação da base aquém das expectativas. A entidade, considerada uma das mais importantes do Estado, representa cerca de 140 mil trabalhadores. Destes, 45.755 estavam em condições de voto e 33.745 votaram na chapa única. O quórum exigido pela legislação atual era de 33.745 votantes. A justificativa apresentada pelo novo presidente do sindicato, Gilmar Carneiro, é que o fraco comparecimento às urnas ocorreu "porque grande número de bancários está em férias".

Mas esta não foi a única razão da pequena participação no pleito. Um dos fatores decisivos é que o próprio processo eleitoral foi viciado e excludente — resultando na formação de uma chapa "pura", integrada apenas por militantes cutistas. A diretoria atual da entidade tentou vender a idéia de que o processo eleitoral era democrático e permitia a formação de uma chapa ampla, representativa da categoria. O

novo estatuto do sindicato, aprovado em assembléia recente, inclusive possibilitava a democratização do pleito. Entretanto, na reta final do processo os setores cutistas preferiram estreitar e compor uma chapa apenas com os que rezam a cartilha da CUT.

O próprio critério das pré-convenções por bancos e regiões, que indicariam os nomes para convenção final, foi desrespeitado. Nesta teve grande peso o critério programático: os que eram da CUT, mesmo não sendo bem votados nas suas bases tiveram lugar garantido na chapa — que tem 24 integrantes na diretoria e 32 no Conselho de Delegados Sindicais.

Outros, eleitos pela maioria dos bancários nas pré-convenções, foram excluídos por serem contrários à conduta sectária da CUT e suas propostas de pluralismo sindical. Isto ocorreu no caso dos financeiros (que representam cerca de 8% da categoria), dos funcionários do Banco Meridional e do Banespa. Esse processo estreitou a chapa e desmascarou a conduta exclusivista da central petista.

PROFESSORES-MG

Demissões em massa

Um golpe contra o professorado mineiro. A menos de uma semana do início do ano letivo, previsto para o dia 1º, o governador Newton Cardoso demitiu 114 mil trabalhadores do ensino, alegando "falhas no sistema de convocação".

A presidente da Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais, Maria Hilda de Carvalho, disse que se o governo fosse "ágil, competente e democrático" não tomaria tal medida no início das aulas. Antes, denuncia ela, nomearia os 45 mil professores concursados em 1986, que até hoje não têm as vagas que lhes foram garantidas por merecimento.

Segundo a imprensa, dos demitidos, cerca de 30 mil foram aprovados em concurso público, mas ainda não haviam sido efetivados, embora

trabalhassem normalmente, sem Carteira de Trabalho assinada, sem direito a férias e sem direito a 13º salário.

Para o diretor da União dos Trabalhadores no Ensino, Luís Carceroni, "o decreto de demissão — de número 27.826 — é catastrófico e o nosso temor é de que o governo, ao substituir o pessoal adote critérios politiquieiros".

O governo alega que vai nomear outros 45 mil profissionais para substituir os 114 mil demitidos, o que deixou os professores alarmados como 45 mil vão substituir 114 mil? Além do que, a efetivação desses professores levará mais de uma semana, quando as aulas têm o início marcado para esta segunda-feira. Mas o secretário Hugo Gontag, da Educação, diz que "educação é obrigação de todos e não apenas do governo"...

PIRAQUÊ

Operários contra superexploração

Teve início no último dia 28 uma greve de advertência nas Indústrias Piraquê, Rio de Janeiro, reivindicando reposição salarial de 297%, readmissão dos trabalhadores demitidos após 9 de janeiro, estabilidade para os integrantes da diretoria da Associação de Trabalhadores, estabilidade de um ano para todos os funcionários da empresa, desativação para conserto do forno cinco (que corre o risco de explodir), pagamento de periculosidade, insalubridade e adicional noturno e demissão de dois vigias da empresa que agrediram covardemente os funcionários.

A Piraquê paga salários que

só podem ser chamados de aviltantes, pois a imensa maioria dos seus 3.500 operários ganha o piso, e alguns inclusive abaixo disso. Periculosidade, insalubridade e adicional noturno não entram em sua folha de pagamento. Os funcionários do turno da noite não têm acesso ao refeitório, e a empresa não possui creches. Além disso, os operários trabalham sob péssimas condições, enfrentando formas que atingem até 70° C e manuseando produtos químicos sem a mínima segurança. A empresa é policiada por aproximadamente 150 guardas armados.

Quando os trabalhadores protestaram contra essa situação, 200 lideranças foram imediatamente demitidas. Em resposta, os operários se organizaram na Associação de Luta dos Trabalhadores da Piraquê que, em menos de 15 dias, conseguiu associar cerca de 700 funcionários. No dia 26 foi realizada uma assembléia dos trabalhadores. O patrão chamou a polícia, que deteve dois integrantes do PCdoB e o presidente da associação — no dia anterior, havia sido detido um integrante do PSB. Foram tais arbitrariedades que fizeram com que a paciência dos operários esgotasse, e fosse

convocada greve de três dias, a partir do dia 28.

A deputada Jandira Feghali, do PCdoB, integrou a comissão que objetivava conversar com o patronato, abrindo um canal de negociação entre os trabalhadores e a empresa. Também participaram da comissão o presidente da associação, representantes do PT e do diretório zonal do PCdoB de Madureira/Marechal Hermes. Depois de decretada a greve, foi formada uma comissão com parlamentares, centrais sindicais (CUT e CGT) e representantes dos funcionários, para negociar com a empresa.

JUVENTUDE

Mil jovens no 4.º Congresso da UJS

Cerca de mil jovens participaram ativamente da instalação do 4º Congresso da União da Juventude Socialista — UJS — na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro, na última quinta-feira. Ao lado de delegações de todos os Estados brasileiros, compareceram ao evento convidados de organizações juvenis de Portugal, Inglaterra e Canadá. A nota destoante ficou por conta da negativa de vistos de entrada no país à delegação da República Popular da Albânia, também convidada, e à espera de decisão diplomática no aeroporto de Roma, na Itália. Os porta-vozes do Itamaraty, em Brasília, ao serem argüidos, declararam nada terem com o episódio de que o assunto estava com o Governo. O deputado

Haroldo Lima (líder do PCdoB na Constituinte), ao protestar junto ao líder do governo Carlos Sant'Anna, pode confirmar que o veto partira do Palácio do Planalto.

A UJS, o prefeito de Petrópolis e vários partidos políticos, como o PCdoB, protestaram veementemente prometendo deflagrar uma intensa campanha nacional de denúncia a mais esta arbitrariedade que se impõe a visitantes legalmente constituídos de um país amigo que tem relações diplomáticas normais com o Brasil. Até o fechamento desta edição, desenvolviam-se esforços em várias frentes para se superar este lamentável incidente que só denigre mais ainda a imagem deste governo.



Neste congresso a UJS deverá fazer um balanço

PROFESSORES-PE

Vontade de mudança no sindicato

Nos dias 10, 11 e 12 de fevereiro cerca de 3 mil professores elegeram a nova diretoria do Sindicato dos Professores de Pernambuco. Duas chapas disputaram o pleito: "Construindo na luta pela base", ligada ao PT, PDT, PCB e trotsquistas pela situação, e "Pra mudar é

só querer", integrada por ativistas do PCdoB, PSB, PMDB e independentes.

Segundo Antônio Carlos, candidato a vice-presidente pela oposição, "a imoralidade, a incompetência, a corrupção e a partidização patrocinadas pelo PT e a CUT sofre-

rão o repúdio da categoria. Vamos ganhar esta eleição, pois a chapa 'Pra mudar é só querer' é um produto da concepção sindical que procura defender os interesses da classe".

A situação apóia-se na máquina da entidade, utilizando-

se para aliciar principalmente os que lecionam no interior. Já a oposição acredita num bom desempenho eleitoral devido ao desgaste que o grupo predominante na atual diretoria sofreu, deixando a entidade em um verdadeiro caos administrativo.

RIO GRANDE DO NORTE

Violência das empresas de tecelagem

No último dia 18, os aproximadamente 800 operários da empresa de fiação e tecelagem do Grupo Giorg, em Natal (RN), iniciaram uma greve por reposição salarial de 150%. Nas duas primeiras rodadas de negociação, o dono da empresa e o sindicato patronal ofereceram apenas 30% de antecipação. Logo depois, diante da coesão dos grevistas, os patrões passaram a agir com to-

da truculência para derrotar o movimento.

A pressão contra os grevistas tem se dado de várias formas. O policiamento ostensivo na porta da fábrica é uma constante. Além disso, a empresa enviou seus chefetes para pressionar as famílias dos operários. Como esses métodos não funcionaram, o Grupo Giorg resolveu endurecer.

Fechou as portas da fábrica e os que não entraram para o trabalho foram ameaçados de demissão. Diante dessa violência, muitos trabalhadores recusaram, o que fez o movimento se esvaziar. Para completar, a empresa substituiu os grevistas por operários de uma outra fábrica do grupo. Estes têm sido obrigados a fazer dois turnos de trabalho.

Processo semelhante ocor-

reu em outra empresa de tecelagem e fiação de Natal — a Texa —, que possui 380 trabalhadores. Os patrões demitiram, de uma vez, 128 operários em represália à greve. Nos dois casos, a justiça do trabalho considerou os movimentos legais. Em ambas a paralisação prosseguirá, mesmo que enfraquecida.

(da surcursal)

FUNCIONALISMO PÚBLICO/SP

Proposta do governo gera revolta

Descontente com o projeto de reajuste salarial proposto pelo governador Orestes Quércia, o funcionalismo público estadual de São Paulo prepara uma nova greve. A data da paralisação ainda não foi definida, mas as 19 entidades sindicais dos servidores acreditam que ela é inevitável caso o governo não altere sua posição. Pelo menos, esta foi a conclusão da reunião realizada no último dia 26 pelo comando do funcionalismo — também chamado de Grupo dos 19.

Nos próximos dias, o projeto do governo será analisado pelos deputados estaduais e as associações de servidores pretendem pressionar os parlamentares a rejeitar a proposta do governador. "Se o projeto for aprovado, haverá greve", garante um integrante do comando.

TRUQUE DO GOVERNO
Segundo as entidades do funcionalismo, o reajuste proposto pelo governo é irrisório.

Ele prevê um reajuste básico de 70% e cria um piso salarial de Cz\$ 13.200. Conforme estudos do Dieese, o aumento fica bem abaixo da inflação e não repõe as perdas salariais da categoria nos últimos meses. Os aproximadamente 600 mil servidores do Estado reivindicam 149% de reajuste, mais 15% de aumento real.

O projeto do governo também é capcioso. Pretende dividir uma parcela da categoria e dividi-la no processo da campanha salarial. Os professores, por exemplo, receberam um tratamento diferenciado na proposta governamental. Uma das razões é que esse setor é dos mais mobilizados do funcionalismo. De acordo com a propaganda governamental, o grosso do professorado foi "agraciado" com um reajuste que varia de 93,90% a 99,05%.

Entretanto, as entidades representativas desse setor do funcionalismo afirmam que



Na reunião do comando do funcionalismo, o projeto do governo foi rejeitado e as entidades do setor decidiram preparar a greve

essa propaganda é mentirosa. Segundo explicam, a grande maioria dos professores receberão apenas de 70 a 80% de aumento. Além disso, o projeto, no caso dos docentes, re-

presenta o primeiro passo para destruir uma importante conquista do setor — o Estatuto do Magistério —, não leva em conta o tempo de serviço, discrimina os aposentados, am-

plia a diferença salarial entre o professor e o especialista e praticamente equipara o salário de todos os diretores e supervisores, não respeitando as referências. Para essas asso-

ciações, a proposta diferenciada visa apenas dividir o funcionalismo. Mas, segundo garantem, ela não obteve resultado positivo e toda a categoria se prepara para a greve.

RIBEIRÃO PRETO

Posições avançadas na fundação da CGT

Realizou-se no último dia 24, em Ribeirão Preto, interior paulista, o congresso de fundação da CGT-Regional. O evento foi considerado vitorioso por todos os participantes e representou o fortalecimento da central no Estado de São Paulo. Participaram do encontro aproximadamente 180 delegados de 19 sindicatos (14 urbanos e cinco rurais), uma federação e quatro associações. Para possibilitar o aprofundamento das discussões, os sindicalistas formaram quatro grupos de debate: situação política, crise econômica, organização sindical e reforma agrária.

A plenária final, materializando o clima de unidade e luta do congresso, aprovou resoluções avançadas. O documento da CGT de Ribeirão Preto observa que: "Torna-se cada dia mais difícil avançar

na luta sindical sem resolver os grandes problemas nacionais. A burguesia e o governo Sarney demonstram-se incapazes de realizar um desenvolvimento independente, desvinculado dos monopólios e do imperialismo, e que democratize o país". O documento aprovado também afirma que "é necessário denunciar o "centrão" para alcançarmos uma constituição democrática e progressista, lutarmos por diretas em 88 e pelo parlamentarismo".

PRESENÇA DO CAMPO

Refletindo a realidade da região, o Congresso teve importante participação de representantes do sindicalismo rural. A região de Ribeirão Preto possui a maior concentração de assalariados da cana-de-açúcar e da laranja do Estado de São Paulo. Esses trabalhadores têm avançado em suas lutas e organização. No ano pas-

sado, por exemplo, ocorreu a greve de 130 mil cortadores de cana, na área. O Congresso da CGT decidiu intensificar a campanha pela reforma agrária. Além disso, definiu como tarefa imediata a preparação, em conjunto com os sindicatos de trabalhadores rurais, da luta salarial que já está em curso.

Quando a organização sindical, o encontro reafirmou as resoluções do congresso de fundação da CGT nacional, destacando a necessidade da luta pela liberdade e autonomia sindical, garantindo a unicidade e rejeitando a Convenção 87 da OIT — que dá brecha a divisão dos sindicatos.

No encerramento do congresso, foi eleita a primeira diretoria da CGT regional. Ela é formada por sindicalistas combativos, à altura da disposição de luta demonstrada pe-

los trabalhadores da região. Hélio Antônio Cândido, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ribeirão Preto, foi eleito presidente da CGT regional.

Para Hélio Cândido, o resultado do Congresso representou o fortalecimento do pólo mais progressista no interior da CGT nacional. Segundo informa, a primeira atividade da CGT regional será levar uma grande caravana de dirigentes sindicais para a plenária nacional da central, no dia 30 de janeiro. "Nesse importante evento defenderemos as teses aprovadas em nosso Congresso e faremos de tudo para derrotar Magri e Luiz Antônio articuladores do chamado 'sindicalismo de resultados', que serve aos interesses do patronato e é contra as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores brasileiros", afirma. (Eduardo F. Debrassi)

CGT — DO MATO GROSSO

Repúdio a Magri e Medeiros

No último dia 23, o movimento sindical do Mato Grosso deu um passo decisivo na estruturação da Central Geral dos Trabalhadores. Em congresso realizado no auditório da Ematur, em Cuiabá, foi fundada a CGT Estadual e eleita a primeira diretoria da intersindical. O encontro contou com a participação de representantes de 52 sindicatos e da Fetagri — Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado, que congregou 68 sindicatos de trabalhadores rurais.

Na abertura do evento estiveram presentes o presidente da CGT nacional, diversas entidades populares e estudantis e representantes de diversos partidos — como o PC do B. As resoluções aprovadas demonstraram a marca combati-

va da nova intersindical. Os participantes decidiram se empenhar na luta pela reforma agrária, estabilidade no emprego, jornada de 40 horas de trabalho, diretas em 88 e parlamentarismo. No campo sindical, rejeitaram a Convenção 87 da OIT assim como a filiação da CGT a qualquer uma das três centrais sindicais mundiais existentes.

Os congressistas também analisaram a atual disputa no interior da CGT a nível nacional. No final foi aprovado o repúdio a corrente sindical encabeçada por Antônio Magri e Luiz Antônio Medeiros. A diretoria eleita da CGT - Mato Grosso — tem como presidente Berardo Gomes, do sindicato dos bancários, e como secretário-geral Otaviano Fonte, da entidade dos servidores públicos municipais. (da sucursal)

LIVRARIA VITÓRIA

Biografias Lênin (Encadernados)	660,00
Biografias Engels (Encadernados)	660,00
Biografias Marx (Encadernados)	660,00
Obras escolhidas Marx-Engels (3 vols. Encadernados)	1.440,00 cada
O Capital livro 1 vols. I e II	602,30 cada
O Capital livro 2 vol. III	714,00
O Capital livro 3 vols. V e VI	585,00 cada
Teorias da Mais Valia vols. II e III (livro 4 de O Capital)	638,00 cada
O Capital livro 3 vol. IV	513,00
Obras esc. Marx-Engels (3 vol-brochura)	800,00 cada
Obras esc. Lênin (3 volumes-brochura)	800,00 cada
Materialismo e Empiriocriticismo (Encadernado)	500,00 cada
Obras esc. Lênin (5 vols. - Encadernados)	620,00 cada
Aliança da Classe Operária e Camponeasa (Encadernado)	280,00
Movimento Operário no Brasil - Edgar Carone	
vol. de 1877 a 1944	805,50
vol. de 1945 a 1964	540,00
vol. de 1965 a 1984	540,00
Lênin — A Defesa da Pátria Socialista	120,00
LÊNIN:	
A Economia e a Política na Época da Ditadura do Proletariado	60,00
Um Passo em Frente Dois Atrás	120,00
Como Iludir o Povo	150,00
Sobre os Sindicatos	480,00
Partido Proletário de Novo Tipo	360,00
O Trabalho do Partido entre as Massas	348,00
A Ditadura do Proletariado e o Renegado Kaustski	348,00
Marx e Desenvol. Histórico do Marxismo	360,00
Aos Pobres do Campo	420,00
Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo	420,00
Teses de Abril	300,00
O Estado e a Revolução	474,00

Que Fazer?	461,00
As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo	160,00
Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo	180,00
STALIN	
Fundamentos do Leninismo	240,00
Os Problemas Econômicos do Socialismo da URSS	180,00
Materialismo Dialético e Materialismo Histórico	220,00
O Marxismo e Problema Nacional e Colonial	348,00
MARX E ENGELS	
O Anarquismo	180,00
Manifesto do PC	170,00
A História do Movimento Operário	180,00
A Ideologia Alemã	384,00
MARX	
A Miséria da Filosofia	590,00
As Lutas de Classes na França 1848-1850	320,00
A Origem do Capital	190,00
Salário, Preço e Lucro	170,00
A Guerra Civil na França	290,00
OUTROS AUTORES	
Socialismo na Albânia - Jayme Santchek	640,00
Albânia Horizonte Vermelho nos Balcãs - Luiz Manfresini	755,00
A Mãe - Maximo Gorki	756,00
As Veias Abertas da América Latina - Eduardo Galeano	568,00
Quarup - Antonio Calado	445,50
Poemas - Bertold Brecht	840,00
Confesso que Vivi - Pablo Neruda	805,00
História das Lutas Sociais no Brasil - Everaldo Dias	1.215,00
Olga - Fernando de Moraes	688,00

Os pedidos de livros serão atendidos mediante envio de cheque nominal à Livraria Vitória Ltda. Rua Bororós, 51, Liberdade, São Paulo, SP, CEP 01320, Fone: 279-3646.

"Presença da Mulher" n.º 7

Entrou em circulação o n.º 7 da revista Presença da Mulher, destacando na reportagem de capa a entrada da mulher no garimpo de Serra Pelada. Chama atenção ainda das leitoras a opinião de Jô Moraes sobre os projetos governamentais e o movimento de mulheres, a denúncia de Cacilda Lanuza sobre o acidente nuclear em Goiânia, o debate sobre a situação da mulher nas artes no Ceará, a história da mulher e o carnaval, a homenagem a Clarice Lispector por motivo dos 10 anos de sua morte, além de dicas, cultura e notícias de norte a sul do Brasil, e uma reportagem sobre a situação da mulher na Alemanha Ocidental. Adquira seu exemplar ao preço de Cz\$ 60,00. Pedidos à Editora Liberdade Mulher Ltda, à Rua dos Bororós, n.º 51, 1.º andar, fone: 279-3646



Ano II - n.º 7 - Janeiro/Março de 1988 - Cz\$ 60,00



SERRA PELADA A mulher no garimpo

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — São Paulo - SP — CEP 01318 — Telefone: 36-7531 (DDD 011) — Telex: 1132133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Orlívia Rangel, Bernardo Joffily
ACRE: Rio Branco: Edifício Felício Abrahão, 2.º andar, sala 32 — CEP 69900
ALAGOAS — Arapiraca: Pça. Luís Pereira Lima, 237 Sobreloja CEP 57000
Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 — Centro — CEP 57000
AMAZONAS — Manaus: R. Simon Bolívar, 231 (ant. Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — Rua João Pessoa 53, São Lázaro. Fone: 237-6644 — CEP 69000
BAHIA — Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 — CEP 42.800
Feira de Santana: R. S. dos Passos, n.º 1399 — 2.º andar — sala 1415 — CEP 44100

Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928 1.º andar sala 1 — Centro — CEP 45600. **Itapetininga:** Av. Santos Dumont, 44 1.º andar Centro. **Juazeiro:** Rua Américo Alves, 6-A CEP 44060. **Paratinga:** Rua Marechal Deodoro, 30 Centro CEP 47500. **Salvador:** R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 — Barris — CEP 40000. **Simões Filho:** Praça 7 de setembro (prédio da ant. Cimesf) — CEP 43700.
DISTRITO FEDERAL: Brasília: HIGS Bloco G Casa 67 — CEP 70302 — Telefone 225-8202
CEARA — Fortaleza: Av. Tristão Gonçalves, 789 CEP 60000. **Iguatú:** Pça. Otávio Bonfim, s.n. Altos — CEP 63500. **Sobral:** Av. Dom José, 1236 sala 4 CEP 62100
ESPIRITO SANTO — Cachoeiro do Itapemirim: Pça. Gerônimo Monteiro, 89 sala 2 Centro — CEP 29300. **Vitória:** Rua Prof. Baltazar, 152 CEP 29020
GOIÁS — Goiânia: Rua 3, n.º 380 casa 6 CEP 74000. **Anápolis:** Rua 14 de ju-

Tribuna Operária

Iho, 821 Centro — CEP 77100
MARANHÃO — São Luís: Rua Osvaldo Cruz, 921 Centro Fone: 221.5440 CEP 65000
MATO GROSSO — Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 Fundos CEP 78030 — Fone 321-5095
MATO GROSSO DO SUL — Campo Grande: Rua Maria Madalena, 5 CEP 79010
MINAS GERAIS: Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 Centro — Fone 224-7605 — CEP 30000
PARÁ — Belém: Rua Manoel Barata 993 CEP 66000
PARAIBA — João Pessoa: Pça. 1817 n.º 116 2.º andar Centro CEP 58020

Campina Grande: Praça da Bandeira, 117 1.º andar Centro CEP 58100
PARANÁ — Curitiba: Rua Saldanha Maranhão, 370 2.º andar CEP 80000. Fone: 222-9120. **Londrina:** Rua Sergipe, 984 sala 208 2.º andar CEP 86100
PIAUI — Teresina: Rua Desembargador Freitas, 1459 Fone: 222.2044 CEP 64000
PERNAMBUCO: Cabo: Rua Vigário Batista, 236 CEP 54500. **Garanhuns:** Rua Dantas Barreto, 5 sala 1 Centro CEP 55300. Recife: Rua do Sossego, 221, Boa Vista CEP 50750
RIO GRANDE DO NORTE: Natal: Rua Jundiá, 420-A CEP 59000 — Cid. Alta

gre: Rua Vig. José Inácio, 687 3.º andar CEP 90020. **Caxias do Sul:** Rua Bento Gonçalves, 2049 CEP 95100. **Canoas:** Rua Tiradentes, 130 sala 405 CEP 92100. **Cruz Alta:** Rua João Manoel, 433 CEP 98100. **Pelotas:** Rua Tiradentes, 2394 1.º andar CEP 96010. **Santa Maria:** Rua Mal. Floriano Peixoto, 1357 Fundos — CEP 97100. **Nova Hamburgo:** Rua Lucas de Oliveira, 86 sala 6 CEP 93510. **Rio Grande:** Rua Gaf. Vitorino, 746-A CEP 96200
RIO DE JANEIRO — Rio de Janeiro: Rua 12 de Março, 8 2.º andar Fone: 252-9335 CEP 20000 — Niterói: Av. Amarel Peixoto 370 sala 308 Centro — CEP 24000. **Duque de Caxias:** R. Nunes Alves, 40 sala 101 CEP 25000. **Nova Iguaçu:** Trav. Renato Pedrosa, 38 sala 313 CEP 26000
SANTA CATARINA — Florianópolis: Pça. XV de Novembro, 21 sala 705 Caixa Postal: 1231 CEP 88075
SAO PAULO — São Paulo: Rua Condessa de São Joaquim, 272 Fone 277-

3322 CEP 01318 Bela Vista. **Americana:** Av. Dr. Antônio Lobo, 281 sala 6 CEP 13470. **Botucatu:** R. Armando de Barros, 817 1.º andar sala 2 CEP 18600. **Campinas:** Rua Senador Saraiwa, 448 Fone 2-6345 CEP 13100. **Mariília:** R. Dom Pedro 180 CEP 17500. **Osasco:** Rua Ten. Avellar Pires de Azevedo, 20 2.º andar, sala 12 CEP 06000. **São Carlos:** Av. São Carlos, 2119 Caixa Postal 533 CEP 13560. **Taubaté:** Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 CEP 12100. **São José dos Campos:** Rua Vilaça, 195 1.º andar sala 19 CEP 12200. **Guarulhos:** R. Pe. Celestino, 42 sala 8 2.º andar CEP 12200
SERGIPE — Aracaju: Rua Itabalaninha, 145 sala 104 CEP 49010
A Tribuna Operária é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Past-up, Fotolitos e Impressão: Cia Editora Jorúes. (Fone: 815-4999) São Paulo SP.

Mulheres rumo à entidade nacional

Em julho ou agosto deste ano será construída a entidade nacional: foi esta a decisão da plenária de entidades emancipacionistas de mulheres reunida no último dia 24 na Universidade Estadual de Campinas, em São Paulo. Representantes de 14 estados e 30 entidades, concluíram que é hora de unificar e fortalecer nacionalmente a luta pela emancipação feminina.

Abrindo a plenária, Ana Maria Rocha, diretora da revista "Presença da Mulher", afirmou que desde o encontro do Rio de Janeiro em julho do ano passado o número de entidades emancipacionistas subiu de 46 para 70. Foi criada a primeira entidade estadual, a União Popular de Mulheres do Estado de São Paulo, onde aliás, surgiram 18 novas entidades municipais e de bairro. No Rio Grande do Sul já existem cinco entidades e na Bahia sete. Na longínqua Roraima existe uma Comissão Pró-União de Mulheres. Diante deste quadro de crescimento do movimento de mulheres por sua emancipação, Ana Maria ponderou que é hora de articular estas entidades, fortalecer sua unidade de pensamento e ação para que possam intervir no cenário político brasileiro.

Do encontro nacional do Rio de Janeiro à Plenária de Campinas

Nos meses que decorreram desde o encontro nacional do Rio de Janeiro o movimento de mulheres cumpriu um amplo calendário de lutas: Comemorou o dia nacional contra a violência em relação a mulher com passeatas e protestos em diversos estados, contribuindo para o surgimento de novas delegacias da Mulher, como no Maranhão. Também foi registrado em todo o país um Dia Contra a Discriminação da Mulher Negra. Os protestos ocorreram em 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. Caravanas a Brasília foram organizadas visando impedir a aprovação de uma emenda unitária sobre a saúde da mulher na qual incluiu-se o direito de interromper uma gravidez indesejada, pela garantia da aprovação da licença maternidade de 120 dias para as trabalhadoras,



Ana Maria Rocha, da Revista Presença da Mulher (à esquerda) coordenou os debates da plenária de entidades, que contou com a participação de Cláudia, de Vitória da Conquista (à direita)



Foto: Aguilaldo Zordanoni

bem como contra outras investidas reacionárias do centrão.

Lilian Martins, presidenta da União Popular de Mulheres do Estado de São Paulo, afirmou que existem 18 entidades emancipacionistas de mulheres e dez comissões provisórias em São Paulo com um total de mais de 6 mil sócias. Para ela, a construção da entidade é um passo decisivo para organização da mulher brasileira, da articulação de suas lutas a nível nacional e "um importante instrumento para intervir no cenário político, na luta por mudanças em nosso país".

A decisão sobre a criação de uma entidade nacional

Além de apoiar a criação de uma entidade nacional, as mulheres presentes à plenária fizeram uma série de relatos da atividade de suas entidades. Cláudia, presidenta da União de Mulheres de Vitória da Conquista, Bahia, afirmou que a entidade obteve com luta a doação de um terreno pela Prefeitura, com a obrigação de construir uma sede no período de dois anos sob pena de perder o terreno. A sede foi construída em dois meses... Embora localizada num bairro distante, reúne semanalmente cerca de 100 mulheres. Através de convênios, conseguiu infra-estrutura e montou uma creche para atendimento de 90 crianças, além de cursos profissionalizantes para as sócias como corte e costura, culinária etc.

Segundo Cláudia, a maior conquista da entidade foi o desenvolvimento da consciência coletiva das mulheres. "Logo no início", disse ela, "quando realizávamos algum ato de protesto na Prefeitura, as mulheres aproveitavam para pedir favores ao prefeito, como emprego para elas e seus familiares. Hoje isso já não ocorre. Elas entenderam que a solução desses problemas não é individual, mas coletiva". A União de Mulheres de Conquista também produziu um vídeo intitulado "Nossa Imagem", com entrevista de mulheres de diversos segmentos sociais. E também criou uma rádio volante com um programa dirigido às mulheres.

A presidenta da União e Participação da Mulher Andreense, Raquel, considerou que o encontro "abriu uma luz na nossa cabeça". O Rio de Janeiro, segundo ela, foi um marco importante na organização do movimento das mulheres emancipacionistas. "Agora, afirmou, precisamos consolidar esta luta. As mulheres querem mudança. Ninguém agüenta mais este governo. Capacidade nós temos. E o medo a gente enfrenta!", concluiu.

Direitos e diretas na comemoração do Dia 8 de março

A proposta de comemoração deste 8 de março com o te-

ma Direitos e Diretas foi aprovada por unanimidade. O Dia Internacional da Mulher deverá ser comemorado em atos unitários em praça pública, juntamente com todas as forças democráticas e progressistas que apoiam a emancipação da mulher. Também será feita uma homenagem especial à mulher negra, neste centenário de comemoração da abolição da escravatura. As entidades emancipacionistas também decidiram homenagear a mulher operária na porta das grandes fábricas.

Ao final da plenária, as mulheres decidiram iniciar uma campanha visando a conquista de infra-estrutura para as entidades, como sede, telefone etc. Lutar para criar o maior número possível de entidades a nível de bairro, municipal e estadual até o encontro nacional. Foi eleita uma comissão nacional para coordenar o encontro (veja quadro). E foi aprovado um plano de lutas incluindo participação na plenária de entidades democráticas em Brasília no dia 4 de fevereiro, luta em defesa dos direitos da trabalhadora gestante contra o "Centrão", a comemoração da conquista do voto feminino exigindo direitos e diretas e a participação organizada nas comemorações do 1º de Maio, sob o lema "Mulher, trabalhar para se emancipar", defendendo durante todo o mês de maio o direito ao trabalho para as mulheres e a estabilidade no emprego. (Olívia Rangel)

A corrente contra o "Centrão"

Durante a plenária foi aprovado um "Apelo das Mulheres à Nação" contra o "Centrão", uma Corrente Democrática afirmando:

"O reconhecimento da função social da maternidade é hoje a exigência fundamental das mulheres em relação a seus direitos.

Por isso a introdução de 120 dias de licença-maternidade para a trabalhadora gestante, no texto da Comissão de Sistematização da Constituinte, representou uma importante conquista.

O centrão, que surgiu da gaveta do atraso dos empresários e se sustenta inclusive com o dinheiro dos bois da UDR, ameaça também essa conquista.

Não aceitamos ver a maternidade, que assegura a continuidade da nação brasileira, ser tratada de forma discriminatória, abusiva e desumana.

Convocamos as mulheres brasileiras a fazerem pressão junto aos deputados do centrão de sua cidade para que deixem de atuar contra o progresso social e mantenham a conquista de 120 dias à trabalhadora gestante, bem como creches e salário igual para trabalho igual."

Atenção: Escreva 5 cópias dessa denúncia e passe para suas amigas. Quem quebrar a corrente pode pegar rubéola do "centrão" e pôr em risco os futuros filhos da nação.

A coordenação do Congresso:

Foi eleita durante a plenária uma comissão para manter a articulação do movimento e coordenar a preparação do congresso nacional em julho/agosto com as seguintes representantes: Ana Maria Rocha, diretora da revista "Presença da Mulher". Jô Moraes, presidenta do Movimento Popular da Mulher de Belo Horizonte, MG. Gisélia de Souza, presidenta da União de Mulheres de Salvador, BA. Clara Araújo, secretária-ge-

ral da Associação Liberdade da Mulher, RJ. Télia Negrão, diretora da União de Mulheres de Curitiba, PR. Tais Normande, presidenta da União de Mulheres de Maceió, AL. Lúcia Rincon, presidenta do Centro Popular da Mulher, GO. Maria de Fátima Oliveira, da União de Mulheres de S. Luís, MA. Socorro Gomes, diretora da União de Mulheres de Belém, PA. Lilian Martins, presidenta da União Popular de Mulheres do Estado de São Paulo.

Seminário debate a questão da mulher

Entre os dias 20 e 23 de janeiro realizou-se em Campinas, Estado de São Paulo, um seminário para aprofundar o debate em torno da questão da mulher. Promovido pelo Instituto de Cultura Operária e pela revista "Presença da Mulher", com a colaboração da reitoria da Unicamp, o seminário debateu diversos aspectos da luta feminina pela emancipação, abordando temas como a participação política e social, sexualidade e organização do movimento de mulheres.

Falando a respeito das diversas concepções sobre os rumos do movimento de mulheres, Jô Moraes, presidenta do Centro Popular da Mulher de Belo Horizonte, afirmou que as diversas correntes sexistas têm em comum o ataque à visão marxista sobre a emancipação da mulher. "Essas concepções — afirmou — não conseguem compreender o papel da mulher enquanto ser social, enquanto participante da produção social. Em consequência, oferecem soluções individuais, como se algumas mulheres pudessem se liberar numa sociedade em que as demais são oprimidas, em que vigora a exploração do homem pelo homem.

No entanto, os teóricos do socialismo científico deram uma grande contribuição à causa da emancipação da mulher. Marx, em 1848 no Manifesto do Partido Comunista, e mais adiante na "Ideologia

Alemã" e a "Sagrada Família", aborda o problema da mulher sob o aspecto da família e do matrimônio. Bebel, na década de 70 do século passado, também deu uma contribuição destacada do pensamento marxista sobre a questão, com sua obra "A Mulher e o Socialismo", onde demonstra que a tarefa de libertação da mulher, está indissoluvelmente ligada ao processo de libertação da classe operária.

Este pioneirismo do pensamento socialista, negado pelas sexistas, completam-se como a importante obra de Engels "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado".

O movimento operário consciente não se limitou a escrever e a interpretar a questão da emancipação da mulher. A I Internacional debateu o problema, exigindo já então uma reforma das leis visando proteger a força de trabalho e a saúde da mulher. Foi a dirigente comunista alemã Clara Zetkin que propôs a comemoração do hoje consagrado Dia Internacional da Mulher. A III Internacional reclamou em suas resoluções a igualdade social da mulher e do homem perante a lei; transformação radical do direito conjugal e do código de família; reconhecimento da maternidade como função social. E destacou a necessidade de uma luta intensa contra a ideologia e as tradições que fazem da mulher uma escrava.



Loreta Valadares, Télia Negrão e Jô Moraes, durante os debates do seminário sobre a questão da mulher em Campinas.

A organização das mulheres

Falando sobre o atual estágio de organização das mulheres, Ana Maria Rocha, diretora da revista "Presença da Mulher", fez um rápido histórico do movimento feminino no Brasil. Avaliou que as correntes sexistas, restritas apenas à contradição homem x mulher, se enfraqueceram enquanto grupos autônomos organizados diante do avanço do processo político no país, que exigiu uma nova postura do movimento de mulheres. Mas embora tenham definhado do ponto de vista organizativo, essas correntes têm espaço nos Conselhos da Condição Feminina, que dão suporte para a difusão de suas idéias. Por outro lado, contam com todo apoio e suporte financeiro de instituições estrangeiras como a Fundação Ford. Chamou atenção para o impetuoso despertar das trabalhadoras rurais e sobre a necessidade de impulsionar a luta das operárias contra a discriminação no trabalho.



Ana destacou o crescente fortalecimento da corrente emancipacionista, afirmando que isso ocorre devido à proposta dos rumos que aponta para o movimento: a participação da mulher em todos os campos, inclusive na luta pela transformação da sociedade. Somente com o socialismo, quando a mulher puder participar do trabalho produtivo social com os mesmos direitos e nas mesmas condições que os homens criar-se-ão as condições para acabar de uma vez por todas com a histórica discriminação.

O patamar institucional

Télia Negrão, diretora da União de Mulheres de Curitiba, falou sobre as lutas das mulheres no "patamar" institucional. Ela afirmou que os conselhos da condição feminina a nível municipal, estadual e nacional surgiram como fruto da luta feminina. Deram uma importante contribuição para fomentar o debate sobre a questão da mulher, elaboraram



políticas e executaram programas em defesa dos direitos femininos e conseguiram aglutinar as forças vivas do movimento de mulheres.

Mas se por um lado jogaram um papel positivo impondo à máquina governamental um dado totalmente novo — a mulher —, acabou por pesar em sua atuação o caráter institucional "sobre" o movimento.

Com a transferência de quadros do movimento feminista para os órgãos institucionais e a assimilação das bandeiras femininas como suas, os conselhos acabaram tolhendo a iniciativa dos movimentos de massa, chegando algumas vezes a negar o movimento autônomo.

Apesar dos seus desvios, são inegáveis as contribuições dos conselhos bem como a sua importância. Cabe aos movimentos saber atuar junto a estes órgãos mantendo a sua independência, evitando as tentativas de coopta-

ção ou de marginalização dos movimentos de massa de mulheres.

A origem da opressão da mulher

Este foi o tema introduzido por Loreta Valadares. Depois de discutir sobre os diversos enfoques sob os quais se poderia analisar a sexualidade, destacou a necessidade de se abordar o tema sob o ponto de vista do materialismo histórico, que analisa a mulher como um ser oprimido do ponto de vista social e sexual.

Nesse sentido, considera que há uma vinculação estreita entre a discriminação da mulher na sociedade como um todo e a especificidade da opressão em sua sexualidade. Isso se expressa quando a mulher é vista como objeto sexual, ou quando se relaciona a sexualidade feminina apenas à reprodução. Desta forma, retira-se da mulher o direito ao livre exercício de sua sexualidade com dignidade, em todas as suas dimensões. Na sociedade hoje existe um vetor de repressão à sexualidade no conjunto e por outro uma espécie de aceno à "liberação sexual", que é falsa, que estimula a libertação da mulher como objeto, não levando em conta a sua integridade como ser humano. A realização sexual da mulher está ligada à sua tomada de consciência como sujeito e ao exercício de sua cidadania na sociedade. A repressão sexual e os muitos preconceitos dominantes na sociedade são obstáculos à plenitude efetivo-sexual da mulher, que hoje trava uma luta pelo direito ao exercício de sua sexualidade sem as amarras de subalternidade e da manipulação de sua imagem como objeto sexual.

Foto: Aguilaldo Zordanoni